

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A VIOLÊNCIA FÍSICA COMO FORMA DE DISCIPLINA,
REPASSADA DE MÃE PARA FILHO.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, para obtenção do título de
Assistente Social, orientado pela
professora Marli Palma de Souza Meyer.

ANA CLAUDIA DA SILVA


FLORIANÓPOLIS, 2002.

*Defendido em:
14/10/2002.*



Prof.^a Krystyna Matys Cas.
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

BANCA EXAMINADORA

Presidente da banca
Prof. Marli Palma de Souza



Primeiro membro
Assistente Social Giseli Patrícia Beretta dos Santos



Segundo Membro
Psicóloga Kátia Regina Gaia

"Não basta ter belos sonhos para realizá-los.
Mas ninguém realiza grandes obras, se não for
capaz de sonhar grande.
Podemos mudar o nosso destino,
se nos dedicarmos à luta pela realização de nossos ideais.
É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho;
de examinar com atenção a vida real;
de confrontar nossa observação com nosso sonho;
de realizar escrupulosamente nossa fantasia.
Sonhos, acredite neles."

Lenin

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, professora Marli Palma, pela disponibilidade, atenção, paciência e apoio na elaboração deste trabalho.

A minha supervisora de estágio, assistente social Giseli Patrícia Beretta dos Santos, pela enriquecedora contribuição profissional, atenção, disponibilidade e amizade durante o período de estágio.

À orientadora pedagógica durante o estágio, professora Teresa Kleba, pelo incentivo, atenção e motivação para a escolha do tema abordado neste trabalho.

A todos os funcionários da Casa da Liberdade, pelo carinho e acolhimento durante os meses em que convivemos.

Às famílias das crianças e adolescente do projeto Casa da Liberdade com as quais convivi durante a minha prática de estágio, pois, sem elas, este trabalho não poderia ser realizado.

A Deus, pela divina energia, que nos enriquece de vitalidade.

A meus pais, Fernandes e Joaquina, pelo amor, pela presença constante ao longo desses anos, incentivando-me frente às dificuldades e me apoiando ao enfrentá-las.

A meus irmãos, Mana e Nando, pela amizade, apoio, muita paciência, carinho e amor.

Aos amigos da Tech Paper, pelo apoio e por todas as formas como me ajudaram durante esses quatro anos, inclusive na impressão deste trabalho.

As todas as minhas amigas, pelos momentos preciosos, tristes e divertidos que passamos juntas nesse período.

Enfim, agradeço a todos aqueles que contribuíram para a minha formação e para a elaboração deste trabalho. *Meu muito obrigada àqueles que me fizeram sorrir nos momento difíceis e compartilharam a realização deste sonho*

Meu agradecimento especial a todas as crianças e adolescentes

da Casa da Liberdade, pelo carinho e amizade que construímos nesse período.

Dia do amigo.

DIA DO AMIGO
20 DE SETEMBRO

*Por do minha
a minha ama*

Isto é Amizade SAMUEL



GOSTO de ti não somente pelo que és, mas pelo que sou quando estou contigo.

GOSTO de ti, não apenas pelo que consegues de ti mesmo, como também pelo que consegues de mim.

GOSTO de ti por essa parte de mim mesmo que revelas.

GOSTO de ti porque me ajudas a amar a estrutura da minha vida.

GOSTO de ti porque fizeste mais do que qualquer criança seria capaz de fazer por me tornar feliz.

TUDO ISSO fizeste sem um contato, sem uma palavra, sem um gesto. Isso tudo fizeste sendo somente o que és. Talvez seja isso, afinal, o que se entende por amizade.

Tradução de Guilherme de Almeida - Publicada n' O Estado de São Paulo - 29/06/63

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Apresentação..... | 07 |
| Capítulo I - A relação família e violência..... | 09 |
| 1 - A conceituação de família..... | 10 |
| 1.1 - A ocorrência da violência no âmbito familiar..... | 16 |
| 1.2 - A violência doméstica contra a mulher..... | 21 |
| 1.3 - A cultura da força coercitiva..... | 24 |
| Capítulo II - As famílias e o projeto Casa da Liberdade..... | 30 |
| 2 - O projeto Casa da Liberdade..... | 31 |
| 2.1 - Oficina de surf - um espaço de conhecimento das famílias das crianças..... | 37 |
| 2.2 - Que família é essa?..... | 43 |
| 2.3 - O relato das mães - a socialização pela violência..... | 49 |
| 2.4 - O passado e o presente: a violência modificada..... | 59 |
| Considerações finais..... | 62 |
| Referências bibliográficas..... | 66 |

APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é fruto de uma pesquisa realizada durante o processo de estágio curricular no projeto Casa da Liberdade no período de março a julho de 2001.

A escolha da temática da monografia surgiu a partir do convívio com as crianças e adolescentes do projeto Casa da Liberdade. Através de depoimentos espontâneos, colhidos durante o trajeto entre a Casa da Liberdade e a praia da Barra da Lagoa, onde acontecia a oficina de surf, oferecida pelo projeto, os assuntos eram diversificados, porém todos faziam menção a alguma forma de resolução de conflito, pela violência. Os depoimentos eram crivados de referências a violências na família e a que eles próprios praticavam possivelmente assumindo e espelhando um papel parental que inferiorizava mulheres, em especial as irmãs. Foi a vivência com esse cotidiano que nos impulsionou a fazer este estudo.

Para tal estudo, foram utilizados três tipos de aproximação às famílias, duas de natureza qualitativa e uma quantitativa. A primeira aproximação se deu no trajeto da oficina de surf, acima mencionada, quando os assuntos fluíam facilmente e se constituíam em ilustrações crivadas de violências, machismos e preconceitos.

A segunda aproximação foi quantitativa, consistindo no estudo documental feito a partir das fichas de matrículas de todos os alunos, buscando-se a realidade sócio-econômica das famílias atendidas pelo projeto.

A última aproximação também foi qualitativa, feita através de entrevistas dirigidas com quatro mães das crianças e adolescentes. O critério adotado para a escolha das mães, foi o destaque que lhes era dado nas conversas espontâneas, surgidas durante o trajeto da oficina de surf. As mães mais mencionadas foram escolhidas. A entrevista tinha como objetivo conhecer a forma como as mães foram socializadas e as violências que já sofreram, mediante a reconstituição de suas histórias de vida.

O objetivo geral da pesquisa foi, portanto, contextualizar as

famílias através da descrição de suas características como idade, estado civil, escolaridade, renda e através do relato das histórias das mães, descobrir se foram socializadas pela violência e se hoje empregam esses mesmos métodos para disciplinar seus filhos.

Acreditamos que a história é importante no entendimento de fatores sociais e culturais relacionados com a violência nos dias de hoje, para tanto, buscamos no referencial teórico as possibilidades geradoras das violências.

A partir da pesquisa no campo de estágio e do referencial teórico, montamos nossa monografia em dois capítulos.

No primeiro capítulo, desmitificamos a relação de violência no interior da família, apresentamos conceituações, a ocorrência da violência no âmbito familiar e direcionada à mulher. Procuramos destacar, nesse capítulo, as funções familiares e como essas atravessam seus problemas sócio-econômicos. Outro ponto que buscamos elucidar foi a cultura da força coercitiva, isto é, apontamos aspectos culturais dessas violências no grupo familiar.

O segundo capítulo faz menção ao histórico do Projeto Casa da Liberdade. Relatamos a oficina de surf da qual surgiram as primeiras aproximações com a realidade das famílias, contadas pelas crianças e adolescentes, e a questão central a ser pesquisada, além de vínculos estabelecidos com as crianças e adolescentes.

Ainda no segundo capítulo, estabelecemos a relação entre a teoria abordada no primeiro capítulo e a realidade constatada nos levantamentos sócio-econômicos das famílias atendidas pelo projeto. Para encerrar esse capítulo, apresentamos o relato das mães, a forma como foram socializadas, como vêem suas famílias e sua relação com os filhos.

Nas considerações finais, destacamos o significado que a pesquisa teve para nós e algumas considerações a respeito da abordagem que o serviço social da Casa da Liberdade possa ter com essas famílias. O que pretendemos com este trabalho é o desvendamento de possíveis causas da violência, porém, sabemos que esse é um longo caminho a ser percorrido.

CAPÍTULO I - A Relação Família e Violência

Desde os tempos mais remotos, sabe-se da existência de situações de violência dentro do grupo familiar. Com o passar do tempo, a violência foi sofrendo transformações e apresentando novas modalidades. Hoje, com maior divulgação e espaço para pesquisas, surgem novas *compreensões sobre seus determinantes e a quem estão sendo dirigidas* diretamente as agressões no âmbito familiar.

Nos últimos anos, esses dados têm sido crescentes, atingindo a mulher, o idoso, a criança e o adolescente, sendo que a família, enquanto grupo, é atingida pela violência sócio-econômica, a-das necessidades básicas, como habitação, alimentação, saúde, educação, fruto de uma sociedade injusta e desigual.

Com base nessas agressões, que vêm influenciando a unidade familiar, e buscando conceituações de pesquisadores de diversas áreas, como psicologia, sociologia, serviço social, é que serão analisados os conceitos de família, se é que se pode chegar a um, bem como verificar o sentido da violência em sua estrutura e dinâmica.

Com as conotações que serão apresentadas, busca-se elucidar *algumas questões que são desafios dentro dessas famílias*; mesmo com todos os avanços da ciência até aqui desenvolvida, muitos ainda são os caminhos a serem percorridos.

Serão apresentadas, nesse capítulo, conceituações de diversos pesquisadores sobre família, as mudanças que se vêm apresentando no âmbito familiar, assim como as problemáticas relacionadas à violência doméstica, sua ocorrência contra a criança e a mulher e sua aceitação cultural, como forma de disciplinamento.

1 - A conceituação de família.

Com base nas teorias apresentadas durante o período acadêmico, é que podemos fazer uma re-leitura da realidade, ou seja, desvelar de maneira mais abrangente, a situação familiar das crianças e adolescentes.

Ao buscar a integração da família, além de analisar a situação desta em relação à criança ou adolescente, verificamos, também, as condições sócio econômicas, culturais, a comunidade onde estão inseridas, sua dinâmica.

Família é algo que pode ter definição, mas que não segue padrões; existe um modelo dito ideal, pai, mãe, filhos, monogâmica e harmônica, porém, não é sempre assim, e família torna-se um tema polêmico, principalmente neste século em que surgem novos arranjos familiares. Nesse contexto, falar-se-á de família, como propõem os novos modelos, e família como unidade de convivência.

O tema família tem suas definições particulares que são aquelas que analisamos a partir de nossa experiência, fazendo comparações entre a nossa família e as outras, com tal variabilidade nas suas formações, nas funções, arranjos, relações, composições e configurações.

O termo família origina-se do latim *famulus*, que significa um conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor (...); entende-se por dependentes os filhos e a esposa. Já, nos dicionários, quer dizer núcleo parental formado por pai, mãe e filhos, pessoas do mesmo sangue, parentela.

O tema família é bem mais abrangente e complexo, como se pode perceber, tem diversos conceitos, conforme a situação contextual em que está inserida.

BARROS (1999) apresenta, a perspectiva sociológica generalizada de Fukui (1989), família são aqueles laços de sangue, adoção e aliança socialmente reconhecidos; já, para Scabini (1992), é uma organização complexa de parentesco, que tem e cria uma história com perspectiva de vida futura. Petzold (1996) a vê como o espaço das relações mais íntimas e

constitutivas da identidade pessoal, com vínculos entre cônjuges, pais e filhos, e em que ocorrem as necessidades de pertença e de liberdade dos seus membros, que buscam um equilíbrio, enfim, é o espaço de convívio entre pessoas com laços consangüíneos ou de afetividade.

Com base nessas conceituações e na atual situação de desigualdades sociais no país, devemos pensar nas famílias dentro do seu contexto social, pois enfrentam as questões de gênero, as relações conflituosas, os problemas econômicos e sociais, entre diversos outros *provocados pelo capitalismo selvagem em que vivemos*.

Segundo Luiza Carvalho(1998), na década de 80, ocorreram profundas mudanças sobre os efeitos da crise econômica, recessão, com alterações nos países em desenvolvimento, como o caso do Brasil. Essas tendências foram afetando grupos de baixa renda em diferentes sociedades, com diferentes fatos, como desagregação familiar, aumento de gravidez na adolescência, o abrandamento da exploração do trabalho infantil, o crescimento de famílias chefiadas por mulheres. Os programas de atendimentos foram se tornando cada vez mais necessários, sendo que a economia não sustentava tal situação, deixando essas famílias e/ ou novos arranjos familiares à beira de sua sorte.

Seguindo a mesma autora, o conceito de chefia familiar diante da situação econômica começa a sofrer mudanças.

O pensamento positivista, que possuía íntima relação com os pressupostos da Igreja Católica, reforçavam os papéis dentro da relação familiar, funções que cabem a homens e mulheres , sendo que à mulher cabia o espaço doméstico e o cuidado com os filhos. Ao homem, designava-se marcar seu espaço, a rua, e o sustento da casa, como sendo sua função. E a família, para o positivismo e a igreja católica, deveria preparar os cidadãos para a pátria, sendo esse pensamento de certa forma útil para o Estado, que ocultava as funções, enquanto Estado, perante a sociedade, a desigualdade no cumprimento de suas funções sociais.

A partir da década de 90, o padrão de família conjugal e nuclear, chefiada pela figura masculina, a provedora do sustento, começa a mudar,

surgem os novos arranjos, os domicílios podem ser chefiados tanto por homens quanto por mulheres e abrigar parentes ou não parentes. A autora, CARVALHO(1998) fala, ainda, que o termo "chefia feminina" é utilizado quando o homem adulto não está em casa, tratando como anomalia, porém não é assim quando a situação é inversa; entra aí a questão de gênero, mostrando que nem sempre a questão da autoridade e responsabilidade econômica familiar é correspondente à realidade ou reconhecida dentro da família.

A identificação de famílias comandadas por mulheres se apresenta, principalmente, por três razões: estarem viúvas, serem jovens mães solteiras ou mulheres separadas. Mesmo com os companheiros em casa, mantendo o padrão de "chefe da família", quem organiza e comanda a casa são as esposas.

No campo demográfico e histórico, existem pesquisas sobre uma outra visão de família: como unidade de convivência, pode partir de alguns vínculos, o de afinidade e consangüinidade, de matrimônio e de descendência, relacionadas a dois eixos: o de relações de gênero e as relações de gerações.

MIOTO(1999) se refere à família como unidade de convivência; pode estar relacionada ao convívio debaixo do mesmo teto, tendo uma dinâmica, mas não é suficiente, deve ser vista de forma bidirecional, ou seja, analisar os fatores que atuam sobre as famílias, como a pobreza, a influência dos meio de comunicação de massa, a história de vida e como está sendo influenciada e suas peculiaridades.

Segundo MIOTO (1999), família mesmo com todos os arranjos e modificações tem uma tarefa principal que é o cuidado e proteção de seus membros, dentro de suas condições sociais. Então, foi definida como:

“ Núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidos (ou não) por laço consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserida “

Ao longo deste trabalho, foi constatado, através de entrevistas com mães, que elas referem uma outra parte da família, os parentes, não residentes no mesmo domicílio, mas como parte da família. Família estendida, são irmãos, tios, suas mães e todos dentro da mesma realidade. Roberto da Matta analisa a família de maneira mais formal:

"família é um grupo social, bem como uma rede de relações. Funda-se na genealogia e nos elos jurídicos, mas, também, se faz na convivência social intensa e longa. (...) família refere-se, não só a família nuclear (pai/mãe/filhos), mas também a toda a parentela (...) e também constitui um valor, um ponto do sistema para o qual tudo deve tender "

Essa rede de relações com parentes é mantida como uma rede de ajuda mútua, inclusive com os vizinhos, em que os atendimentos sociais de emergência nem sempre funcionam, e é nesse momento que a família recorre a novas alternativas, à ajuda de familiares ou vizinhos.

É dentro dessas concepções que procuramos trabalhar com famílias, com as redes que utilizam, com o cuidado que deve ser gerado e repassado para os filhos. Procuramos saber de que forma foi e é repassada para as mães a noção de convívio familiar e, quando surgem os novos arranjos familiares, como isso está sendo transmitido para os filhos, qual a participação das famílias, o que esperam para seus filhos, a forma como devem contribuir para formar os futuros pais e mães.

Segundo Biasoli-Alves (1999), dentre as funções da família, pode-se destacar a socialização, pois esta é constituída por pessoas de várias idades, em momentos diferente de seus desenvolvimentos e dependem umas das outras para essa socialização. Principalmente as gerações mais novas, pois são elas que determinam como vai se dimensionar a educação da prole, compõem o ambiente em que ela vai viver, estabelecem formas e limites para as relações e interações entre adultos e crianças. Fazem parte da habilidade e competência da família o produzir, organizar, dar forma e significado às relações entre seus membros.

Ainda para Biasoli-Alves (1999) , para entender as relações familiares é necessário compreender como estas se estruturam e, em particular, como a convivência, no seu interior, se faz ao longo dos tempos , pois o conjunto de transformações, tanto afetivas como sócio econômicas, afetam o curso das relações, as mudanças que são dadas aos valores pela sociedade em mutação constante. Os valores que os avós tinham não serão os mesmos dos pais e, assim, sucessivamente, devido às alterações sócio-econômico-culturais do chamado mundo moderno, influenciado pela urbanização e pelo desenvolvimento tecnológico. De uma forma bidirecional, ela é transformada pelas variáveis amplas do social e pelo contexto histórico que vem sendo o que absorve esses dados e os devolve ao social, com as suas peculiaridades, tornando-se um ciclo que se repete e se recria, inevitavelmente.

Expulsos do campo ao chegar nos centros urbanos, as populações começam a sentir os primeiros problemas, como a habitação. Sem condições financeiras suficientes para comprar um local apropriado, instalam-se nas encostas, fazendo crescer os bolsões de pobreza, com moradias sem estrutura, construídas, na maioria das vezes, com materiais doados (compensado, lona, papelão,...) e de péssima qualidade, sem segurança, tanto pelas condições climáticas como pelo medo do despejo, por serem esses locais de preservação ou terras do município, com valores à disposição para a especulação imobiliária.

O segundo transtorno, era o emprego. Sem qualificação profissional, esses migrantes passam o dia renovando as esperanças de ter um emprego decente para manter o sustento da família. Não o encontrando, com a fome e as necessidades da família aumentando, começam a fazer os chamados "bicos", trabalho informal, com baixo ou quase nenhum rendimento. Quando os caminhos se fecham, cada um procura buscar uma forma de levar a alimentação do dia, entrando nesse circuito os filhos, que, contando com a caridade dos cidadãos começam a mendigar ou a vender doces nas sinaleiras da cidade. Responsáveis pelo sustento da família, os filho abandonam a escola, aumentando os índices de exploração do trabalho infantil: aparecem

também, de forma mais trágica, os trabalhos ilícitos nas próprias comunidades, com os jovens envolvendo-se com o tráfico de drogas, que é uma forma de ganhar mais, contudo, colocando em risco a integridade de toda a família. Outro fator importante e assustador nessas comunidades é o convívio com a violência sócio-econômica, o tráfico de drogas, que influenciam no cotidiano dessas famílias.

Com esses desafios de subsistência, começam a aparecer as violências sociais, pois essas famílias, em casos de urgência, ou mesmo de tratamento médico, acabam desamparadas. O Estado deveria ser o provedor de tal serviço, oferece serviços de má qualidade e não atende a demanda. Outro atendimento primordial, e que também não atende a todos, é o sistema educacional. Essas são violências de ordem social que, no Brasil, atingem a maioria das famílias.

Adalberto Barreto(1999) cita dois aspectos causados pelos impactos das violências sociais na família:

A fragmentação da unidade familiar. nesse ambiente, com a nova vida social e política em que a família será inserida, as atividades econômicas funcionam como elementos que agredem o modelo anterior e a identidade pessoal de cada membro, causando desagregações, desajustes e desequilíbrios dentro do grupo familiar. A busca incessante pelo sustento da família, os baixos salários, as dificuldades financeiras causam os conflitos, impedindo o fortalecimento das relações de afetividade que garantem a segurança, o respeito e a confiança indispensável a todo desenvolvimento humano. Essas situações de conflito tornam a vida familiar insuportável, reduz o espaço da tolerância e iniciam-se as agressões, as violências, as fugas pelas drogas, pelo álcool e as separações. A partir daí, começam a surgir novos relacionamentos dentro dessa mesma família e de cada um fica uma história.

Reconstrução de um novo modelo familiar. esses novos arranjos familiares desencadeiam, também, um esforço criativo e o desejo da integração social. Do novo modelo familiar que se instala, ficam os conceitos morais e éticos do modelo antigo, que vão se modificando, adequando-se à nova ética, à realidade social, à busca pela sobrevivência, pois, nessa reconstrução, as

relações são permeadas pelas desigualdades, violências, injustiças que tornam as pessoas individualistas, mesmo dentro da relação familiar.

Com base nas perspectivas já citadas, as relações familiares formadas por laços, alianças sociais, espaços de relações íntimas de afetividade, de convívio, têm se tornado relações de sobrevivência, em que cada qual quer defender seu espaço dentro dessa micro sociedade. Através das condições sócio-econômicas, cada membro da família oferece sua contribuição, porém nem sempre de uma forma considerada correta pela sociedade. Então, como chegar a um consenso do que é família, se que cada uma tem sua peculiaridade? A família deve ser analisada como um espaço dinâmico, em constante mutação, que busca, porém, manter um vínculo, seja de parentesco, afetividade e, principalmente, de sobrevivência entre seus membros dentro de sua sociedade.

1.1 - A ocorrência da violência no âmbito familiar.

A família tem como principal responsabilidade os cuidados e a proteção de seus membros, principalmente na infância. É na família que se inicia a criança na cultura, no convívio social, nos valores e nas normas da sociedade, porém, é nesse contexto, que acontece a violência doméstica, a qual tem ocasionado problemas que prejudicam o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes. Essa família que deveria manter a condição de local sagrado, torna-se um ambiente perigoso e violento para aqueles que se constituem no elo mais frágil de uma corrente: a criança e o adolescente.

A violência doméstica é um fenômeno multicausal, presente em todas as classes sociais, etnias, é repetitivo e duradouro, que deixa conseqüências graves, tanto física quanto psicológica para a vítima.

Nas definições brasileiras, feitas na década de 80, pode-se constatar: no início, as nomenclaturas de abuso, vitimização física, são

chamados por síndrome, essa mais ligada à área médica. A conceituação de dano aparece quando se fala na presença de ferimentos, a intencionalidade é resgatada, e sob a rubrica de violência física, incluem-se, além de punição severa, os castigos inapropriados à idade e à compreensão da criança.

No final da década de 80, a literatura enfatizava a violência doméstica com mais veemência, dizendo que "toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal representa um só contínuo de violência" (NEWELL, 1989) IN MARTENDAL (1997). Essa linha de pensamento coloca a punição corporal de crianças e adolescentes como uma violência, mesmo que chamada de punição mais leve, na medida em que toda punição corporal, para ter esse caráter, deve implicar o conceito de dor física. Salientam, ainda, que esse castigo é uma porta aberta para quadros de violência mais graves. Se as diferentes sociedades forem impedidas, legislativamente, de impor o disciplinamento corporal a crianças e adolescentes, será uma tentativa que pode reduzir consideravelmente o fenômeno da violência doméstica.

Essa conceituação de violência doméstica feita pela ONU - Organização das Nações Unidas - em 1989 - durante uma convenção dos Direitos das Crianças, em seu artigo 19, coloca que: " a criança deve ser protegida contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou qualquer outra pessoa responsável por ela". Embora essa fala não cite o termo da punição física, foi um dos grandes avanços para a abertura do tema.

A violência doméstica foi mais abrangente e sintética na conceituação da Organização das Nações Unidas, dez anos depois (1998), sendo:

"...perpetrada no lar ou na unidade doméstica, geralmente por um membro da família, que viva com a vítima, podendo ser esta homem ou mulher, criança, adolescente ou adulto."

A violência é algo destruidor e dois autores trazem um conceito

do que significa para o ser humano esse ato:

"(...) o ato violentador supõe a idéia de privar, isso é, de destruir, despojar, desapossar alguém de suas coisas, de seu modo de ser e se comportar, de seu direito de se realizar como pessoa e como cidadão. Violência é uma força carregada de desejo, consciente ou inconsciente, que tem o caráter de irresistibilidade, coerção, de penetração, de destruição." (FACHINI, 1992 e ODÁLIA, 1985), IN MEURER (2000).

Já, a violência doméstica foi definida por GUERRA(1995) de forma mais direcionada à criança ou adolescente, citando que:

"todo ato ou omissão praticado por pais ou responsáveis contra criança ou adolescente que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ ou psicológico à vítima, implica, de um lado, uma transgressão de poder/ dever de proteção de adulto, uma classificação da infância, isto é, uma negação do direito que a criança ou adolescente tem de ser tratado como sujeito e pessoa em condição de desenvolvimento".

Contudo veremos que a violência doméstica também está inserida num contexto bem mais amplo, atingindo todas as pessoas da família e as circunstâncias que a trazem à tona.

Dentro da família, a figura materna é considerada a agressora mais freqüente, pois, além de passar mais tempo com os filhos, ela tem a função de educar, cabe a ela tomar as decisões diárias. SAFFIOTI(1997) afirma essa idéia quando diz que, na ausência masculina, a mulher se torna toda poderosa em relação aos filhos e cabe a ela a tarefa de socializar a geração mais jovem.

A ocorrência da violência na família acontece de variadas formas contra a mulher, os filhos, e acaba abalando toda a estrutura familiar. Um dos fatores que mais causam esse fenômeno da violência doméstica são os sócio econômicos e, conforme as pesquisas no período de estágio, o fator cultural.

Esse fator é grande influenciador de violência física; em nome da disciplina coercitiva, que são as noções culturais socialmente construídas, busca-se a proteção à criança, usando práticas abusivas: o castigo, como instrumento pedagógico, a dominação do mais forte sobre o mais fraco, seja essa relação de poder ou hierarquizada pelo uso da força física.

Para DESLANDES (1994), os maus tratos contra crianças e adolescentes podem ocorrer pela omissão, supressão e transgressão dos direitos, então definidos por convenções legais e normas culturais. A definição do que seja uma prática abusiva passa sempre por uma negociação entre a cultura, a ciência e os movimentos sociais.

Segundo GUERRA, a violência praticada pelos pais contra os filhos, com fins disciplinadores ou com outros objetivos, ocorre em quatro modalidades:

Sexual: quando a coação é exercida, tendo em vista obter a participação em prática eróticas (estupro, assédio sexual, abuso sexual, indução a prostituição e à pornografia);

Psicológica: quando a coação é feita através de ameaças, chantagem, humilhação, privação emocional;

Negligência: quando há omissão dos pais/ ou responsáveis em proverem as necessidades físicas e emocionais de uma criança (alimentação, educação, segurança);

Física: quando a coação se processa através de maus-tratos corporais (bater, espancar, queimaduras, etc..), ou negligência em termos de cuidados básicos.

O ponto central deste trabalho está relacionado à violência física.

DESLANDES (1994) assim elucida a violência física:

" entende-se por abuso físico qualquer ação única ou repetida, não acidental, ou intencional, cometida por um agente agressor adulto ou mais velho que a criança ou adolescente, que lhes provoque danos físicos. O dano provocado pelo abuso físico pode variar de lesão leve a conseqüências extremas, como a morte. (...). A

preponderância do abuso físico, muito provavelmente, associa-se a um modelo arraigado que justifica e reforça a punição corporal como medida educativa"

MEYER (1988) apresenta a violência de pais contra filhos como multicausal. Entre as diversas determinações apontadas, destacam-se os estresses ambientais. E estes podem ser crônicos (situações duradouras: dependência química e/ou álcool, famílias monoparentais, pobreza, doenças crônicas,...); temporários (desemprego, morte, novo filho, mulher fora do lar para trabalhar, novos arranjos familiares...) e precipitantes (comportamento da criança, briga do casal, TV com defeito, objeto doméstico quebrado, ou outros pequenos motivos).

GUERRA e STEINER (1986) falam que não existe uma explicação unívoca, mas existem três teorias que tentam explicar a violência de pais contra filhos: as psicodinâmicas, as de aprendizagem social e as sócio psicológicas.

As psicodinâmicas são descritas pela autora como traços de personalidade e de estado psicológico, mas, do seu ponto de vista, a minoria dos pais agressores mostram desvio de personalidade ou psicose.

Outra teoria das mesmas autoras é a de aprendizagem social: pais que sofreram agressões, que conviveram com a situação, aprenderam a agir dessa forma, com violência. Para a autora, essa é a teoria mais promissora no conhecimento da violência doméstica. Essa teoria será aprofundada no próximo capítulo.

A última proposta da autora é a sócio-psicológica, que é a multiplicidade de fatores, características sociais de todos os envolvidos, a situação contextual da vítima. Tem como características a posição social dos pais, valores e normas, a socialização dos pais, os problemas cotidianos e a formação da família.

Smith (In MEYER 1988) cita que a família nuclear é considerada mais severa, devido à falta de apoio emocional e de pessoas alternativas no cuidado com os filhos e é apontada como potencialmente mais coercitiva nas medidas disciplinares.

Sem uma rede de atendimento adequado na comunidade, a família nuclear acaba abstendo-se do convívio social e do sistema de apoio dentro da própria comunidade, tornando a família cada vez mais vulnerável. A rede social, formada por parentes e vizinhos, num conceito de família estendida, é, em geral, mais positiva.

Além do isolamento social, SAFFIOTI (1997) destaca outras conseqüências: " a violência doméstica deixa seqüelas mais ou menos graves, muitas das quais incuráveis, além disso, a violência é um comportamento aprendido".

A Apostila do Curso de Capacitação para Conselhos Tutelares e de Direitos de Santa Catarina(1999) mostra que a violência física pode causar conseqüências a curto e a longo prazo, ser de ordem orgânica como: lesões abdominais, fratura de membros, queimadura e outras marcas corporais ou até mesmo lesões neurológicas. Pode, também, deixar seqüelas psicológicas, como: os sentimentos de raiva, angústia, ansiedade, terror, ódio, hostilidade, todos associados a punição física.

A violência doméstica, a punição física, seja ela leve ou severa, treina a criança para aceitar e tolerar a agressão e a violência na medida em que tais atos cometidos pelos adultos destinem-se a ensinar obediência e submissão. Essa aceitação torna a violência doméstica um ciclo, um acontecimento trágico, brutal que está sendo repassado de pai para filho; por isso, a violência deve ser eliminada do processo familiar, para que nossas crianças não se tornem pais e mães agressores.

1.2 - A violência doméstica contra a mulher

A ocorrência da violência doméstica contra a mulher apareceu primeiro, para a sociedade, em meados da década de 60 e a de 70, com o fenômeno da urbanização e do crescimento industrial. Começa-se a delegar mais poderes às mulheres dentro do seu lar, deixando-se para o homem as

responsabilidades apenas do sustento familiar. A mulher ainda não podia entrar para o mercado do trabalho. A partir do momento em que ingressa no mercado de trabalho: a violência permanece, só que com uma versão diferente: ela tem salário inferior ao do homem, carga horária maior, e, mesmo que esteja exercendo a mesma função, será menos valorizada ou tem função menos expressiva.

Conforme BARROS (1999), a naturalização e a banalização da violência doméstica contra a mulher vem sendo tratada de modo sutil, como dominação, e isso se torna um obstáculo para o reconhecimento dos fatos, "é como se esta fosse uma realidade natural e necessária e seus desdobramentos, comuns e cotidianos". Essas situações de violência refletem um limite de coação e desestruturação psicológica da mulher, inferiorizando o seu papel dentro da família, mudando o sentido das relações sociais que já havia sido construído no seu cotidiano, passando a tratar o que é imposto, dominador e o violento como natural.

BARROS (1999) cita que a violência contra a mulher, no âmbito familiar, era a de submissão, estando sempre subordinada às decisões do marido ou da família do mesmo, até em relação aos filhos. Não poderia posicionar-se contra as decisões do marido para não sofrer as conseqüências de sua manifestação, deixando, nessa geração, a clara separação de papéis *dentro da família, pois o modelo convencional é o patriarcal*.

Segundo BARROS (1999), "a família, em sua relação, é a principal articuladora reprodutivista da ideologia social dominante. Contudo, sente os efeitos das conquistas das mulheres e também os reproduz, o que acaba por se constituir num paradigma contra hegemônico nessa relação". Tanto é dominado quanto busca o domínio, sendo que a família continua repassando a violência doméstica da dominação, principalmente através da definição de papéis. Entretanto, estes estão sendo constantemente reelaborados, porém sempre com as vantagens hegemônicas e baseados nos interesses sociais da família. A violência de gênero busca negar a condição da mulher, enquanto sujeito social livre, e essas mulheres tendem a repassar essa condição social para suas filhas e a forma de dominação para os filhos.

BARROS (1999) prossegue afirmando que, nos casos de violência física, agressão contra a mulher, em sua maioria, não é feita a ocorrência, por pressão familiar, para evitar escândalos, para a acomodação do conflito, especialmente nas brigas de casais, principalmente quando não é a primeira briga. Num próximo acontecimento, começa a se imputar responsabilidades sobre a mulher, como se ela tivesse merecido ser agredida; o momento de revolta é sempre por parte da família da mulher, pois não é aceitável ver a mãe, filha ou irmã sendo agredida, e quando o fato para a mulher já está implícito em seu convívio, ela mesma acoberta dizendo que "ele é assim mesmo, foi criado assim", ou "pior seria sem ele"; em alguns casos ele, "o marido" é quem traz o sustento para casa, o que a faz passar de vítima a reprodutora da violência.

Com a repetição das agressões, a mulher começa a se isolar, não tendo com quem repartir o seu sofrimento, o que a impede de compartilhar as suas experiências, e a transforma em agressora também. E isso acontece com os mais próximos, um aspecto de contra-transferência. Nas pesquisas de Nívea Valença Barros (1999), essa contra-transferência é feita para os filhos, ou seja, no espaço privado, os envolvidos usam a ordem social, estabelecida pela própria família, a dominação do mais forte sobre o mais fraco, o estereótipo de papéis, funções e utilização dessas crianças como instrumentos de violência. Ainda nessa mesma pesquisa, as mulheres não oficializaram a denúncia de maus tratos devido às condições econômicas, com medo de retaliações. Alegam, também, a impossibilidade de mudança de comportamento por parte dos companheiros, a vergonha de se exporem e porque sabem também do descaso das instituições com tal situação. Essa foi uma das primeiras causas para a não denúncia.

A descrença nessas instituições de apoio à vítima de violência já está introjetada nessas mulheres, pois, se já denunciaram e não tiveram nenhum respaldo, não se submeterão a tal situação vexatória novamente.

Os casos de violência doméstica contra a mulher, enquanto companheira e como mãe, relatados na pesquisa feita por FERREIRA E STEINER (1986), têm pouca variação, são dramas de alcoolismo, abandono,

violências, perturbações mentais ou psicológicas, privações de todos os tipos, falta de estrutura, excesso de poder e submissão. O homem continua sendo a figura central, mesmo depois da agressão, traição ou abandono. A mulher se desvaloriza, tem conturbações e busca a mudança de comportamento do companheiro e não a sua; esse é um aspecto sócio-cultural, pois suas mães passaram pela mesma situação. Contam, também, com a proteção (casa e comida) oferecida por seus companheiros perante a sociedade; mesmo que de forma conturbada, são mulheres casadas.

Quanto aos filhos, durante a mesma pesquisa, são relatados casos em que que vivem a mesma situação de violência, submissão e temor, pois permanecem na dependência de seus pais. As violências sofridas pelos filhos. Durante o relato da participação dos filhos, elas assumem que também batem, só que para educá-los, usam justificativas, para aceitar a submissão ao marido, tornando-se mãe e filho iguais no relacionamento com o pai.

FERREIRA E STEINER (1986) elenca dois tipos de reações: a social que idealiza um modelo de mãe, que se sacrifica para a subsistência de sua prole, e o outro dinamismo psíquico subjacente, do qual ela não tem consciência, ela se revolta quando a violência é com o filho e então tenta protegê-lo, satisfazer a sua necessidade, porém a violência continua existindo.

Pode-se, então, considerar que as mães sofrem a violência, enquanto mulher agredida, e os filhos fazem parte desse contexto nessas famílias em que os papéis são desorganizados e onde conseqüentemente, ocorre maior número de violências.

1.3 - A cultura da força coercitiva.

O disciplinamento com castigo corporal em crianças e adolescentes é uma prática existente no Brasil de ontem e de hoje.

A criança indígena vivia e crescia numa comunidade de princípios e costumes bem definidos, sendo educada através de rituais da tribo, que,

desde cedo, impunham regras que regulariam seu comportamento. Os índios não se penalizavam com o corpo frágil da criança e diziam "isso é coisa nossa", pois a figura central desses rituais contra o medo, e para tornar-se forte para enfrentar os perigos e a beleza da vida eram feitos com rituais pedagógicos indígenas, representados pelo Jurupari, figura demoníaca representada por um dançarino com máscaras, dentes e penas de animais perigosos. Tinha o corpo desfigurado e passava medo: com muito medo e dor, a criança crescia trazendo no corpo as lições de seus ancestrais para enfrentar a vida. Também dentro dessa mesma pedagogia, seguiam os rituais de amadurecimento da criança para a adolescência, que não eram considerados rituais sádicos e, sim, com significado cultural.

No Brasil Império, durante a escravidão, o menino branco era considerado a partir dos cinco anos o "menino diabo", era sádico e malvado, principalmente com as meninas, bichos e crianças negras, agredindo-os, usando os filhos de escravos como brinquedos; os jogos de maldade imitavam os senhores de escravos. Nas escolas, os jesuítas os transformavam de "menino-diabo" a adulto ou "homem feito", culto, religioso, bem preparado para a vida, para isso, utilizando meios educativos como a palmatória, a vara de marmelo, ficar de joelhos em cima do milho, beliscar e puxar orelhas. Em casa, os métodos utilizados pelos pais para educar eram os mesmos, sempre com castigo, violência e crueldade.

Segundo GUERRA (1984), entre o século XVII e meados do século XVIII, a "...criança era pensada como um ser imperfeito, representante do mal. A natureza infantil não tinha especificidade, nem valor. A criança deveria ser educada (em latim, educar significa consertar o que está torto, malformado). Esse tipo de pensar a criança impregnou a pedagogia durante certo tempo e foi o responsável pela dureza com que a criança foi tratada no seio da família e na escola. Os castigos corporais se configuravam como importantes, enquanto impostos às crianças: para salvar sua alma, era preciso flagelar o seu corpo." Nessa visão, a criança é comparada a uma máquina, que pode ser moldada conforme a vontade de seu dono e, ainda, a criança não deveria expressar a sua vontade, seus sentimentos ou razões, cabia-lhe

apenas cumprir ordens e obedecer mecanicamente a seus pais.

Desde a descoberta do Brasil até hoje, crianças e adolescentes - indígenas, brancas, negras, ricas ou pobres - vêm sendo disciplinadas através de castigos físicos e/ ou psicológicos, incluindo-se, no primeiro caso, as punições corporais e, no segundo, a intimidação e a humilhação. O disciplinamento tem se tornado sinônimo de educação para a obediência a leis estipuladas pelos adultos. Esse tipo de disciplinamento corporal sempre foi constatado, seja na educação familiar quanto na escolar, e está longe de ser uma prática do passado, muito pelo contrário, como herança do passado, está presente sob as formas de castigo imoderado, ou seja, os meios de coerção e disciplina severos, e muitos professores e pais continuam adeptos do tapa limitador, e dos castigos moderados, que é a forma disciplinadora legitimada, sob a alegação de que se trata de uma intervenção preventiva, saudável, para o bem das crianças e adolescentes.

Biasoli-Alves(1999) cita Flandrin(1988), dizendo que:

"a nossa pouca consciência da potência do passado nos impede de nos libertarmos dele, uma vez que... em realidade, não somos livres para recusar nossa herança; ela está fundada em nossa pele... que todo comportamento humano foi moldado por uma cultura... que se elaborou progressivamente no passado e foi marcada por estruturas e traumatismos passados e que nós somos, desde o nascimento, invadidos por ele, ..."

As relações familiares são marcadas por essa cultura, mas, até onde ela pode controlar e destruir os laços familiares perpetrados por violência?

A cultura coercitiva, o bater nos filhos para educar é um acontecimento tão comum quanto considerado necessário pelas famílias das comunidades carentes. É o recurso mais utilizado para buscar a obediência e "educação" dos filhos. A violência, para esses pais, representa a forma de disciplina configurado num modelo de educação em que a agressão física desempenha um papel central (MEYER, 1988). A mãe, em nome do "amor

materno", não é considerada violenta, além do fato de ser quem está mais ligada à educação dos filhos e quem mais convive com eles, por ser a mantenedora da ordem doméstica.

A herança cultural que nos foi deixada é a de que castigo físico é a forma mais correta de exemplificar um ato indisciplinado. Provérbios do tipo "é de pequeno que se torce o pepino" ou "palmada com amor educa, e, no lugar certo não machuca" comprovam a aceitação cultural e torna natural a ocorrência de violência física, comprovada por MEYER .

A aceitação cultural da violência contra a criança, durante pesquisa feita por MEYER(1988), tendo por universo as mães de crianças de uma creche municipal, detecta a existência da tradição do castigo físico como a forma correta de disciplinar e "corrigir" crianças e adolescentes. As mães partilham dessa cultura, dividem suas experiências e traumas de infância, pois a maioria delas repassa para os filhos o que aprenderam com suas mães. A autoridade exercida pelo pai é diferente da conquistada pela mães, ou seja, quando o homem se torna pai, já vem implícita a autoridade dele dentro da família, que vai ser ele o "chefe da casa" e, para a mãe, essa autoridade só se volta com a ausência definitiva do pai, definitiva ou quando ele está trabalhando, ou quando a família é matrifocal.

Com o fenômeno da urbanização, a mãe assume o comando dos afazeres domésticos e da criação dos filhos e ao pai compete o sustento da família e tudo o que pertence à rua. Por ser a mãe que predomina no ambiente doméstico, é ela quem deve manter a ordem, o pai é mais rígido, não bate mas ameaça com mais vigor; por isso, algumas crianças e adolescentes, e em fase adulta, demonstram menos afetividade pela figura masculina no lar, como relatado em entrevista feita por MARON E ELSSEN (1999): " Não tem aquele clima de amizade, tem de respeito, ...mas não tem liberdade ... de chegar e dar um beijo, que é coisa que muita gente faz, que é um ato normal, eu dou um beijo no meu pai no Natal e no dia dos pais..."

Algumas das mães entrevistadas por MEYER demonstraram o mesmo sentimento, mágoa em relação ao pai, o que se torna uma relação de distanciamento, superficial, de autoritarismo; é o poder de pai sobre o filho. E

esse convívio desagradável vai sendo repassado para as próximas gerações. No relato de uma das mães entrevistadas por MEYER(1988), ficou evidenciado o respeito extremo, o tipo de ordem severa, transmitidos apenas com um olhar. O que diferencia o pai e a mãe é que os dois podem ser rígidos, porém, a mãe, mesmo que agressiva, faz para o bem dos filhos, faz para " torná-los homens de bem."

Autores como Gil(1973) e Garbarino(1988), citados por MEYER (1988), concluíram que a aprovação, pela cultura americana, de certa medida *de força física como agente socializante e educativo* é um dos fortes elementos na compreensão da violência física e é apoiada por alguns setores da sociedade, com provérbios populares do tipo: "poupe a vara e estrague a criança" ou "bata hoje para que ele não te bata amanhã".

Garbarino e Gillian In MEYER (1988) consideram a cultura, a filosofia educacional do castigo físico condição necessária para a violência, destacando dois aspectos:

Para que o padrão de interação violenta se instale numa família é preciso haver justificativa cultural para a utilização da força contra a criança. A aceitação cultural é de que a criança é propriedade dos pais, cabendo a estes discipliná-los como melhor lhes prover.

A forma de aceitação dessa cultura da violência passa para as crianças uma visão de normalidade, atos violentos são relatados como acontecimentos corriqueiros e a cultura continua sendo repassada como se a violência fizesse parte da vida cotidiana familiar.

MEYER (1988) assim classifica essa cultura como: " ... a violência representa a forma de disciplinar dos pais sobre os filhos, configurando um modelo de educação em que a agressão física desempenha um papel central".

Naomi Chase (In MEYER, 1988) cita que, na família nuclear moderna e isolada, a violência de pais contra filhos "floresce", pais jovens e imaturos não estão preparados para enfrentar problemas financeiros, de convivência matrimonial, ou mães solteiras também não estão preparadas para lidar com a ansiedade, as dificuldades de problemas de saúde e educação,

insucessos que formam um quadro de estresse e buscam, na violência, a única saída.

Diante dessa aceitação da cultura da força coercitiva, não pode haver acomodação. Deve-se buscar novos caminhos para que a violência seja extinta do ambiente familiar. Sua aceitação traz uma forma de adaptação por parte das vítimas, reforçando e alimentando o sentimento de raiva, mágoa

CAPÍTULO II - As famílias e o projeto Casa da Liberdade

Durante o ano de 2001, realizamos estágio curricular em um projeto municipal, denominado Casa da Liberdade, situada na Av., Gustavo Richard, s/n, no Centro de Florianópolis, que, conforme será apresentado neste capítulo, teve vários outros endereços e passou por adaptações para chegar a sua formação atual.

Esse é um projeto da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que existe desde 1987, foi criado para atender meninos de rua e, a partir de 1990, com o aumento da demanda, passou a atender crianças e adolescentes, bem como suas famílias, das comunidades carentes da capital.

A Casa da Liberdade é um projeto de educação complementar, que busca proporcionar atividades como esporte, lazer, educação. Dentre essas atividades, acompanhamos uma oficina de surf, espaço este de grande importância para o estabelecimento de relações de troca de conhecimento e surgimento de vínculos de amizade e confiança.

As conversas espontâneas surgidas durante o trajeto entre a Casa da Liberdade e a praia da Barra da Lagoa, por fazerem sempre menção à resolução pouco democrática de conflitos familiares, além de ilustrar um cotidiano com outras manifestações de violência em que predominava o machismo, o racismo, e intolerância às diferenças nos impulsaram a realizar um estudo dessas famílias e das formas como vivenciam a violência e a utilizam como prática coercitiva.

Para tanto, fizemos três tipos de aproximações: duas de natureza qualitativa e uma mais quantitativa.

A primeira aproximação se deu no trajeto da oficina de surf, quando resolvemos fazer desse momento um espaço de pesquisa e de desvelamento do cotidiano e das experiências familiares das crianças e adolescentes.

A segunda aproximação foi feita através de um estudo documental nas fichas de matrícula de todas as crianças e adolescentes,

tentando-se caracterizar essas famílias.

A terceira aproximação foi feita através de entrevista com quatro mães escolhidas por serem as mais mencionadas nos depoimentos das crianças e adolescentes. As informações foram depois confirmadas com a assistente social da Casa da Liberdade. As entrevistas reconstruíram as histórias de vida dessas mães e foram feitas com o objetivo de verificar a forma como foram socializadas, as violências e os abandonos a que foram expostas, de que maneira enfrentaram esses riscos e como, hoje, vêem tal situação na criação de seus filhos, como lidam com os problemas de ordem psicossocial, educacional e como agem perante a cultura da força coercitiva.

Com base na teoria já apresentada, será feita uma relação com as famílias atendidas pelo projeto, as quais não estão fora dos modelos e conceituações, mas, sim, que buscam sobreviver a essa forma de capitalismo selvagem e às violências que sofrem e devolvem ao social, com as suas particularidades, e lutam contra as dificuldades de adaptação, pois são, em sua maioria, migrantes do meio rural.

Os dados obtidos através dessas três formas de abordagem da realidade familiar comporão este capítulo, não sem antes localizar o contexto institucional da presente pesquisa: o projeto Casa da Liberdade.

2. - O projeto Casa da Liberdade

Durante as décadas de 60 a 80, houve no Brasil, um aumento de 35% da população, o que causou uma queda na qualidade de vida, acontecendo, assim, a formação dos chamados bolsões de pobreza nas periferias das cidades. Um outro fator importante que contribuiu para essa formação foi a falta de políticas agrárias, causadora do êxodo rural

Chegando à capital, as famílias começam uma nova adaptação, sem emprego, qualificação profissional, escola para seus filhos, surgindo os novos problemas. Crianças e adolescentes, vindo primordialmente dessas

famílias, começam a surgir pelas ruas da cidade em situação de mendicância, pois essas famílias passam a ser excluídas de seus direitos básicos, tais como habitação, saúde, alimentação, educação, lazer e outros. Essa exclusão configura o dramático quadro da desigualdade social, do desrespeito aos direitos sociais básicos do cidadão, causados pela má distribuição de renda e pela ineficácia das políticas sociais.

Com o crescimento da população infanto-juvenil nas ruas, começa a despertar uma certa preocupação nas classes políticas e em âmbito nacional; então, em 1964, criou-se a Fundação do Bem Estar do Menor - FUNABEM - Decreto n 4313 de 01/12/64 - e, a nível estadual, foi criada a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM - reguladas pela Lei de Segurança Nacional. Percebe-se que as funções de ambas não eram de proteção, mas, sim, de segurança social, contra o desequilíbrio biopsicossocial que estava sendo gerado, dando início à institucionalização do "menor", como medida de proteção.

Em 1979, foi promulgado o Código de Menores (Lei n 6697/79), que passou a legislar para crianças e adolescentes em "situação irregular"¹ e que incluía diversas práticas repressivas.

Em Santa Catarina, foi criada a Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor - FUCABEM - Decreto 664 - 30/07/75 , que passa a ser a responsável pela criança e adolescente marginalizado no Estado, seguindo as diretrizes da Política Nacional do Bem Estar do Menor. Mais tarde, encontra-se com a Ação Social Arquidiocesana, que já fazia um trabalho comunitário.

Entre 1975 e 1987, muitos projetos foram criados e extintos,

¹ Situação irregular: "segundo o Código de Menores de 1979, no Artigo 2.

I. Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a. Falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis;;

b. Manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-las

II. Vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III. Em perigo moral, devido a:

a. Encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b. Exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV. Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V. Com desvio de conduta, em virtude de grave estado de inadaptação familiar ou comunitária;

VI. Autor de infração penal." (RIZZINI)

como os de Guardador de Carro, Mensageiro, Jornaleiro, Engraxates, Vendedores Ambulantes, bem como alguns Centros de Bem Estar do Menor.

Com o surgimento dessas crianças e adolescentes nas ruas da capital, o poder público foi forçado pelas autoridades eclesiais, em especial o Pároco Pedro Keller, em 1983, para que providências fossem tomadas quanto a um posicionamento para o atendimento dessas crianças que se encontravam nas ruas, principalmente em torno da Catedral Metropolitana, em maior número. Foi então que surgiu o Sub Programa de Atendimento a Meninos de Rua, da prefeitura local, que, mais tarde, tornou-se a Casa da Liberdade - Espaço Cidadão.

Foi montada uma equipe de trabalho, em novembro de 1984, com os representantes da Prefeitura Municipal de Florianópolis, Juizado e Delegacia de Menores e FUCABEM, formando-se, então, um conselho deliberativo. As entidades e instituições envolvidas buscavam formar laços de afetividade e efetividade com os meninos, para melhor conhecer as problemáticas, e sua procedência. Foi, então, montada uma barraca no Aterro da Baía Sul, que era considerado por eles um ponto de encontro. Com as mudanças no campo político, aconteceu o enfraquecimento do projeto e a execução ficou apenas com a Prefeitura e a FUCABEM. Com a falta de segurança no local, e pessoal para atender a demanda, tornou-se inviável a continuação do projeto, que mesmo com todas as dificuldades, estendeu-se por mais um ano, devido à procura dos meninos e meninas.

Em setembro de 1985, a Equipe de Trabalho conseguiu um espaço no prédio do IPESC (Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina), localizado na rua: Trajano, esquina com a Conselheiro Mafra, no centro da capital. Os meninos e a equipe fizeram a limpeza do local, organizaram e deram inícios às atividades, sendo desenvolvidas:

- Atividades Básicas: de higiene pessoal, alimentação e limpeza geral;
- Atividades operativas: teatro, esportes, estudo dirigido e capoeira;
- Atividades produtivas: coleta e venda de papelão, confecção de saches, banana recheada e pastéis,
- Outras atividades: assembléia geral semanal, encaminhamento ao mercado

de trabalho e a cursos profissionalizantes, atendimento individual e grupal e visitas domiciliares.

Os trabalhos funcionaram por quatro meses, quando o local foi solicitado pela coordenação do IPESC, sendo então, cedido um novo espaço, ainda pelo IPESC, nos fundos do Instituto Estadual de Educação. Esse era, porém, um espaço menor, acontecendo a evasão dos meninos e meninas, prejudicando o andamento do projeto.

Surgiram, em 1986, novas atividades como a limpeza de praias, trabalho remunerado pela COMCAP. Contudo, percebeu-se que em alguns casos a remuneração estava sendo utilizada para a compra de drogas e álcool, sendo suspenso o trabalho.

Em 1987, com a grave situação em que se encontrava a Sede do Programa, a Prefeitura de Florianópolis alugou uma casa da Av. Hercílio Luz, no Centro da Capital, onde passou a funcionar o Projeto de Atendimento a Meninos de Rua de Florianópolis. O espaço era bastante pequeno e atendia 34 crianças e adolescentes de ambos os sexos. O projeto contava com três funcionários: uma professora primária, um coordenador e uma merendeira, três estagiárias de Pedagogia e um outro funcionário cedido pelo Estado, que ficava à disposição do projeto.

O Programa passou a ter atividades na área da saúde, educação, encaminhamentos para o mercado de trabalho e cooperativas de produção.

Em 1990, com problemas de infra estrutura e com a extinção do Código de Menores e o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 14 de novembro, são revistos os objetivos e começa o atendimento de crianças e adolescentes da periferia e, eventualmente, os de rua. Considerando as novas contradições trabalhistas que vão surgindo, causando desemprego e aumentando o número de crianças e adolescentes freqüentando o centro da cidade, o projeto é obrigado a fazer novas parcerias para a construção de um local mais apropriado e um novo projeto político pedagógico para os futuros usuários.

Esse novo projeto político pedagógico dentro do projeto Casa da Liberdade: Espaço Cidadão foi pautado em processos educacionais, com uma

abordagem que privilegiasse o processo pedagógico voltado para a transformação, uma proposta de educação e trabalho com ações coletivas, numa concepção de construção da cidadania.

Em 1992, junto à Passarela do Samba "Nego Quirido", na Baía Sul, durante a administração do Prefeito Antônio Henrique Bulcão Viana, inicia-se a construção das novas instalações da Casa da Liberdade, inaugurada em dezembro de 1993, já na administração do Prefeito Sérgio Grando.

O atendimento teve início com as 34 crianças e adolescentes da antiga sede, sendo oferecidos cursos de datilografia, esporte e lazer, técnicas de memorização, manicure e, mais tarde, oficina de informática.

Durante o ano de 1995, formavam-se novas parcerias com a Fundação Franklin Cascaes, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Associação Florianopolitana de Voluntariado - AFLOV, para capacitação profissional e cada vez mais buscando-se novos parceiros para atender as necessidades exigidas pela sociedade, adequando-se, assim, à realidade do país.

Com a nova proposta de atendimento, o projeto assumiu uma postura mais direcionada para um novo fazer, um atendimento mais globalizado, buscando responder melhor às demandas, expectativas e necessidades concretas da comunidade, através de seus trabalhos organizados.

O projeto Casa da Liberdade conta, hoje, com uma equipe multidisciplinar formada por um coordenador, uma assistente social, uma psicóloga, uma pedagoga, uma auxiliar administrativa, duas merendeiras, duas auxiliares de serviços gerais, uma recepcionista/telefonista e educadores sociais, estagiários do Serviço Social e de pedagogia, que fazem um atendimento educacional, assistencial e emocional às crianças e adolescentes, contribuindo de alguma forma para o enfrentamento de problemas e, mais efetivamente, na educação voltada para o desenvolvimento das potencialidades, socialização do saber e para a formação social no resgate da cidadania da criança e do adolescente.

A Casa da Liberdade visa atender crianças e adolescentes em

situação de risco social e pessoal, na faixa etária de sete a dezoito anos de idade, e suas respectivas famílias, estende o atendimento até vinte e um anos, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente. Oferece oficinas sócio-educativas, cursos profissionalizantes, buscando parcerias e fazendo articulações com outras instituições. Tem como prioridade manter as crianças e adolescentes na escola regular em um período e, no outro período, em atividades do projeto. No início das atividades, são feitas reuniões com as crianças e adolescente para informar-lhes as normas do projeto, como horários de entrada e saída, horário das refeições, atividades e oficinas que vão ser oferecidas, apresentar os funcionários e as regras para manter o bom convívio dentro do projeto, com os funcionários e com as outras crianças e adolescentes freqüentadores. Nessa mesma reunião, são apresentados o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e a Constituição Federal, mostrando-lhes seus direitos e deveres, iniciando-se assim, o trabalho de conscientização dos novos cidadãos.

O projeto municipal Casa da Liberdade era vinculado à Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, na Divisão da Criança e Adolescente, juntamente com outros projetos de atendimento. Com as atuais mudanças promovidas pela prefeita Angela Amim, foi feito o desmembramento dessa secretaria, estando, hoje, o projeto subordinado à Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, através da Lei n 5831 de 21/03/2001, e ligado à Gerência da Família, Criança e Adolescente, o que tornou o sistema, teoricamente, menos burocrático. É uma secretaria nova, que se está encaminhando para a desburocratização do atendimento.

Durante o ano de 2001, freqüentavam o projeto 84 crianças e adolescentes de sete a treze anos, divididas em turma I e II., nos períodos matutino e vespertino. A turma I atende crianças de sete a dez anos e a turma II, de onze a treze anos, nas oficinas sócio-educativas, onde são oferecidos apoio pedagógico, educação física, esporte e lazer, surf, boi de mamão, percussão, dança e capoeira.

Nos cursos profissionalizantes, são atendidos 60 adolescentes, na faixa etária de 14 a 18 anos, com cursos profissionalizantes de informática,

cutido e costura, artes aplicadas, cerâmica, encadernação e reciclagem de papel, oferecidos no período matutino e vespertino.

Para ingressarem na Casa da Liberdade, as crianças e adolescentes devem estar matriculados na rede escolar; se, no ato da matrícula, o usuário não estiver estudando, o projeto procura inseri-lo na rede escolar municipal ou estadual.

A interação dos profissionais com os usuários (crianças, adolescentes e famílias) é de suma importância. A confiança, os vínculos afetivos, além das atividades atrativas, fazem aumentar o comprometimento das crianças e adolescentes com o projeto.

2.1 - Oficina de Surf - um espaço para o conhecimento das famílias das crianças.

Durante o período de estágio na Casa da Liberdade, colaboramos com uma das oficinas, que consideramos um rico espaço para o estabelecimento de vínculos com as crianças, e para conhecimento de sua realidade familiar e comunitária.

Nas terças e quintas feiras, aconteciam as oficinas de surf, na praia da Barra da Lagoa, ministradas pelo professores Marcus Vinícius Gonzaga e Juliana Silva. Minha participação era na coordenação do trajeto, horário de saída e retorno, alimentação, segurança dentro do veículo (para que usassem cinto de segurança, não colocassem mãos pela janela) e comportamento dos participantes. Essa oficina era oferecida através de um convênio com a Fundação Municipal de Esportes, que, além dos professores, pranchas e roupas de borracha, cedia, também, o carro que nos conduzia até a praia.

Saíamos da Casa da Liberdade por volta de 8:30 h. e retornávamos da praia para o projeto às 11:00 h. Em cada dia, eram sorteadas dez crianças, cinco de cada turma; para que todos participassem,

imputávamos a eles as responsabilidades de roupas para banho e toalha. Caso não trouxessem ou não dispusessem delas em suas residências, a Casa da Liberdade as emprestava, com o compromisso de devolução. Nesse trajeto, Casa - praia, surgiam os assuntos do cotidiano e fomos criando vínculos de amizade e confiança, o que tornou nosso convívio com as crianças mais agradável.

Para as crianças, a oficina de surf é uma experiência muito agradável e ansiosamente esperada. No percurso entre a Casa da Liberdade e a praia da Barra da Lagoa, os assuntos são escolhidos por eles. Chegarem e verem a praia vazia, limpa, e muito espaço disponibilizado para eles, faz com que se sintam livres, longe das problemáticas. É um momento de alegria e lazer, por mais que estivesse frio, a temperatura era o que menos interessava naquele momento. O prazer com que entravam no mar com as pranchas ou apenas para brincar, o vestir a roupa de borracha, o brincar livremente fazia com que esquecessem o dia a dia, a situação familiar, a violência e a pobreza das comunidades onde moram. As fotografias I e II ilustram esses momentos.



Foto 1 - Brincadeira na areia



Foto 2 – Diversão com as pranchas

Para nós, enquanto estagiária do Serviço Social, era um momento de desvelamento do cotidiano da vida dessas crianças e suas famílias, através de depoimentos espontâneos, como os que relataremos a seguir:

Durante as conversas sobre comunidade, fica evidente a situação de pobreza enfrentada por eles, a proximidade com o mundo do crime, onde armas são expostas e tratadas de forma natural, "... ontem, meu irmão me mostrou o 38 do amigo dele "(A.W.R., 10 anos). A forma desordenada da construção das casas, "...no meu morro, as casas também são tudo grudadas, bem perto..."(A.G.S., 09 anos) , essas são construídas, geralmente, durante a noite para fugir da fiscalização, e existem muitas coincidências de uma comunidade para outra, pois o projeto atende crianças de vinte e três comunidades de Florianópolis. Segue foto de uma das comunidades atendidas pelo projeto.



Foto 3. – Comunidade onde residem as crianças e adolescentes atendidos.

Outro assunto constante é a família, a interação com os irmãos e, principalmente, o cuidado com as irmãs; alguns meninos demonstram ciúmes e assumem um papel parental maior, como responsável pela irmã na ausência do pai, dizendo: "não quero nenhum folgado se metendo com a minha irmã"(P.C.G.S., 10 anos), ou mais agressivo "...eu dou porrada em quem se mete com ela"(A.W.R., 10 anos). Existe a cumplicidade entre os irmãos, porém a forma de resolver o assunto é sempre com violência; mesmo que não vá agir assim, verbalmente se sentem e demonstram ser fortes, fazem e se vislumbram com o jogo de poder, para se sentirem mais fortes que os amigos. O machismo também está intrínseco em alguns casos e a violência contra a mulher, a que assistem, transmitem demonstração de poder. Durante uma conversa sobre namoradas, um dos meninos foi expressivo com a sua história, que foi confirmada pelo irmão:

"...dei na cara dela porque mandei ela parar de chupar bico e ela estava fazendo isso escondido, quando descobri, bati na cara e terminei os quase três anos de namoro, aí parti para outra, só que também briguei com ela ontem, ela só que dá bola pros guris, briguei com ela e falei pra eles ficá

ligado, que eu vô pegá de porrada."(A.W.R., 10 anos).

Esse depoimento mostra que, mesmo de forma lúdica, a resolução vai ser da forma como conhecem a violência.

É perceptível a violência ser utilizada como forma de resolução de conflito, de disciplinamento. Por qualquer motivo, fazem ameaças (entre irmãos) do tipo "...vou contar para a mãe e ela vai te pegar de pau"(J.A.V., 11 anos). A mãe é sempre a figura central, responde pelas atitudes e toma as decisões em tudo que se refere à família. Dentro da família, algumas crianças assistem às agressões entre os pais ou com os irmãos, "... minha mãe deu de fazer sangue..."(V.C.S., 13 anos), e quanto era solicitada a presença dos pais na Casa da Liberdade, o medo mais freqüente era a chegada em casa. As conseqüências do chamado terminavam em surras por indisciplina ou por ter feito os pais passarem vergonha.

Outros assuntos também surgiam com facilidade:

As representações que fazem sobre a profissão revelam o valor atribuído ao poder e ao prestígio. A profissão é vista por eles como jogo de poder, todos com cargos representativos: "...quero ser do Exército para ter uma arma e matar quem mexer comigo."(A.W.R., 10 anos); "... quero ser pagodeiro, bem famoso e aparecer na televisão"(G.S., 09 anos); "eu quero ser surfista, para viajar o mundo todo."(J.G.S., 13 anos); " também quero ser surfista, mas é para aparecer na capa de revista, igual a Jaqueline Silva" (S.B., 09 anos).².

Homossexualismo e racismo também aparecem nas conversas, com diferentes conotações. O ser "gay" é um assunto que já vem com muitos preconceitos, por isso se torna mais polêmico. O racismo é utilizado como provocação e xingamento. Dois depoimentos demonstraram o quanto as crianças e adolescentes não estão preparados para lidar com as diferentes opções que fogem do modelo imposto, e, sim, aceitam o que já está pronto: "... o professor é gay, eu não vou na aula pra não ser igual a ele.."(R.B., 11 anos). Alguns colegas o apoiaram, isso como forma de auto afirmação. O racismo

² S.B. cita Jaqueline Silva, porque é a campeão mundial de surf feminino profissional, moradora a Barra da Lagoa, local onde acontece a oficina de

vem como forma de defesa e agressão verbal aos colegas: "... cabelo de bombрил, cara de macaco, tem macaco rindo, tem macaco dirigindo,..."(G.S., 09 anos), ele usou a palavra "macaco" para as crianças e o motorista que são negros, sendo que ele também é negro. A forma de expressar o racismo que sofrem é repassando-o.

Revelam nas falas que assumem algumas responsabilidades em casa, são os afazeres domésticos e o cuidado com os irmãos, manifestando seu desagrado em executá-las "... não gosto de ir na venda, de levar o lixo, nem de lavar louça, só gosto de brincar na rua, ir no centro e comer." (G.A.V., 09 anos), "não faço nem a minha cama..."(A.A.S., 09 anos). Na Casa da Liberdade, as responsabilidades são de manter a ordem, principalmente nas salas onde acontecem as oficinas, cuidar dos objetos e roupas que pegam emprestados, como bermudas e toalhas de banho para ir à praia, cuidados no banheiro na hora do banho, ajudar na limpeza do refeitório, que é feito através de sorteio diário de duas crianças do matutino e duas do vespertino. Quando esses afazeres são cobrados na Casa da Liberdade, as crianças e adolescentes não se sentem responsáveis pela atividade, geralmente alegando já terem feito em outros dias, ou isentando-se da tarefa : " eu já limpei a mesa na outra semana..." (H.A.S., 09 anos) , "... quem deixou o chuveiro ligado não fui eu, não vou limpa nada." (V.F.S., 12 anos).

Os depoimentos sobre a escola não divergem muito entre as meninas, acham chato, porém necessário. Já os meninos reclamam dos professores, vêem os professores da escola como autoritários, porém alguns admitem ser "bagunceiros e que incomodam na aula", em alguns casos, a relação está bem mais abalada, inclusive com agressões físicas, "...dei um soco na barriga dela e ela foi pro hospital "(A.G.S., 10 anos). Nesse último caso, as relações entre aluno e professor já estavam desgastadas, tornaram-se insuportáveis e a criança passou a "matar" aula.

Além dos assuntos já citados, outro momento divertido são as músicas, cantam o que gostam, os mais diversos ritmos, esse é o momento de respeito à opinião do colega, pois todos escolhem as músicas e cantam juntos. Esse momento, durante o trajeto Casa da Liberdade e Praia da Barra da

Lagoa, é propício para conhecer um pouco mais de cada um, pela forma como se expressam, como lidam com a violência, demonstram que a primeira reação é bater, devolver ou repassar a dor que sentem e aprendem nesse ambiente hostil a que estão expostos.

O Serviço Social, ao fazer o atendimento individual a criança ou adolescente, constata a boa repercussão que a oficina de surf exerce sobre as crianças. Por eles, é sempre recordado como um "lugar legal e divertido", só de alegria, de um convívio sadio. Isso torna o atendimento menos constrangedor para a criança e o adolescente, pois já confiam na pessoa com quem estão conversando, devido aos antecedentes, aos vínculos criados. Os assuntos tornam-se menos pesados ou menos violentos, e, no atendimento a família, a partir dos depoimentos das crianças, é possível perceber a dinâmica familiar.

2.2 - Que família é essa?

A família inspira cuidados; tratando-se das camadas menos favorecidas, esses cuidados devem ser mais aprimorados devido às inúmeras fragilidades. As violências, desde seu surgimento, a cultura coercitiva a que foram submetidas e como esses aspectos ainda influenciam na socialização dos filhos são aspectos que fazem do cotidiano dessas famílias um desafio, barreiras a serem ultrapassadas.

Um dos grandes desafios das famílias, das crianças e adolescentes que frequentam a Casa da Liberdade é a situação econômica, mas esse é um desafio da maioria das famílias brasileiras, pois o poder econômico está mal distribuído e a qualidade de vida das camadas populares deixa muito a desejar, sendo severamente prejudicada com a falta de políticas públicas adequadas. As políticas que deveriam assegurar as condições mínimas de sobrevivência, como emprego, saúde, educação, renda, para dar qualidade de vida, ao contrário, cada vez mais destróem e desestabilizam o

pouco que as famílias conseguiram adquirir, fragilizando-as cada vez mais.

A má distribuição de renda faz aumentar a exclusão social dessas famílias economicamente carentes. Podemos constatar, através das visitas domiciliares e atendimento à comunidade, de maneira geral, a falta de condições básicas nas comunidades onde vivem as crianças e adolescentes que freqüentam a Casa da Liberdade.

A maioria reside na Capital, principalmente no maciço central do Morro da Cruz, onde conforme, foi denunciado em um seminário, em maio de dois mil e um, há cerca de cinco mil crianças em idade escolar e não existem projetos complementares para atender toda essa demanda, ficando mais uma vez desprovidas de atendimentos, morando em bairros empobrecidos. O descaso do poder público com essas comunidades é enorme. Não existem saneamento adequado, coleta de lixo, pavimentação, área de lazer ou projetos culturais, uma rede de atendimentos adequada às necessidades da população, a ocupação desordenada. Faltam projetos em todas as áreas e para todas as questões sociais.

As mudanças sofridas no plano familiar não são dados isolados. As famílias atendidas, em grande parte, foram expulsas da área rural. São procedentes do interior do Estado, principalmente do Oeste catarinense. Ao chegarem nos centros urbanos, sofrem uma readaptação, a inserção da mulher no mercado de trabalho, crianças com novos afazeres e com atrativos mais perigosos, que levam a caminhos tortuosos, à falta de emprego e outros acontecimentos que fazem surgir os conflitos familiares. Então, começam a surgir novos modelos de famílias, como as monoparentais, que são assumidas pela figura materna, e as famílias recompostas, decorrentes do aumento do número de divórcios e separações, e, assim, as pessoas vão se unindo a outras famílias. ou vivendo sós.

Existe, na Casa da Liberdade, um grande número de famílias monoparentais, aquelas em que a mulher é que assume as responsabilidades da casa. Dentre as oitenta e quatro crianças atendidas, trinta e sete vivem apenas com a mãe e os irmãos, na maioria dos casos, por terem sido abandonadas por seus companheiros, ficando com a obrigação de manter-se e

aos filhos, porque grande parte dos pais ou ex-maridos não pagam pensões ou oferecem algum tipo de ajuda de custo. Esses dados foram obtidos através de levantamentos sócio-econômicos das famílias, realizados para a Casa da Liberdade a cada nova matrícula de criança ou adolescente. A mulher ocupa o lugar de chefe da família, o que a torna mais ocupada e os filhos passam a representar um tipo de “fardo”. Esse também é um fator grave para desencadear a violência física, e algumas vezes psicológica, como a ameaça de mandá-los morarem com o pai, ou dizendo: “estamos passando isso por causa do seu pai não mandar dinheiro”, ou “teu pai nunca te ajudou, eu é que te agüento”. Essa postura faz com que a criança se sinta culpada e revoltada; também é uma violência repassada, de forma culpabilizadora de mãe para filho. Frases assim foram ouvidas pela estagiária durante visitas domiciliares.

Com todos esses desafios enfrentados por essas famílias, incluídas na conceituação de família como unidade de convivência, eles buscam os laços de convívio, afetividade, pois, mesmo com dificuldades não abandonam seus filhos, adaptando-se às novas condições impostas pela sociedade.

A seguir, apresentaremos os dados das famílias, colhidos através de estudo documental nas fichas de matrículas.

Tabela 1 - Número de crianças atendidas nas oficinas sócio educativas:

| Idade | Sexo | Total N. | Total % |
|--------------|------------|----------|---------|
| | Fem - Masc | | |
| 07 - 10 anos | 18 - 21 | 39 | 46,42 |
| 11 - 13 anos | 24 - 21 | 45 | 53,58 |
| Total | 42 - 42 | 84 | 100 |

Conforme tabela 1, existe pequena variação em relação ao sexo

das crianças e adolescentes que freqüentam o programa. Predomina o sexo masculino (53,58%), sendo que na faixa de 11 a 13 anos de idade o número de meninas é maior que o de meninos. A maior procura de vagas está na faixa etária de onze a treze anos, na quantidade de atendimentos, 53,58%.

Tabela 2 - Composição familiar:

| Estrutura familiar | Total N. | Total % |
|---------------------------|-----------------|----------------|
| Pai/Mãe/ ou Pad. | 31 | 56,37 |
| Mãe | 22 | 40,00 |
| Avó | 02 | 3,63 |
| Total | 55 | 100 |

Nessa segunda tabela, podemos constatar, que a maioria das crianças e adolescentes atendidos, moram com pai, mãe e/ou padrasto, (56,37%), porém, essas são famílias recompostas. Corroborando a idéia de MIOTO(1999), de que a família é uma unidade de convivência, conforme citado anteriormente. A porcentagem de famílias chefiadas por mulheres é de 40%, os motivos são variados, o mais comum é o abandono do lar, por parte dos maridos. Segundo CARVALHO,1998, são as mulheres que comandam e sustentam seus lares, nas famílias de chefia feminina.

Tabela 3 - Nível de Escolaridade dos pais:

| Série | Pai | | Mãe/Avó | |
|----------------------------------|-----|-------|---------|-------|
| | N. | % | N. | % |
| Analfabeto | 02 | 6,45 | 04 | 7,28 |
| Ensino Fundamental Incompleto | 24 | 77,42 | 47 | 85,45 |
| Ensino Fundamental Completo | 02 | 6,45 | 03 | 5,45 |
| 2 grau | 03 | 9,68 | 00 | 00 |
| Nível Superior | 00 | 00 | 01 | 1,82 |
| Total | 31 | 100 | 55 | 100 |

Na tabela 3 , são apresentados os dados relacionados ao nível de escolaridade; mostrando que vindos do meio rural, grande parte dos pais não completaram o ensino fundamental, (85,45%). O motivo mais citado foi o trabalho, não freqüentavam a escola para trabalhar e ajudar no sustento da família, geralmente na lavoura, ou no caso das mães, trabalhavam como domésticas e babás.

Tabela 4 - Profissão da mãe:

| Profissão | Total N. | Total % |
|-------------------------------|----------|---------|
| Trabalho formal e informal | 35 | 63,64 |
| Do Lar | 14 | 25,45 |
| Desempregada | 06 | 10,91 |
| Total | 55 | 100 |

Essa tabela mostra que (63,64%) das mães, auxiliam no orçamento doméstico, ou nas famílias monoparentais, são elas que provem o

sustento da famílias. A profissão mais citada é de doméstica, ou como diarista, sendo que mesmo o trabalho sendo informal, é contínuo.

Tabela 5 - Profissão do Pai:

| Profissão | Total N. | Total % |
|------------------|-----------------|----------------|
| Trabalho formal | 16 | 51,61 |
| Biscate | 13 | 41,94 |
| Aposentado | 02 | 6,45 |
| Total | 31 | 100 |

A tabela 5; mostra que, na profissão do pai, existe uma aproximação entre o trabalho formal (51,61%) e o informal (41,94%), citado na tabela como biscate, ou, por eles como "bicos". Sem qualificação profissional, trazem pouca experiência para trabalhar na cidade, e uma bagagem profissional da vida rural, porém o mercado de trabalho na cidade exige mais que experiência, conforme tabela 3, o nível de escolaridade é baixo, o que desvaloriza a mão de obra ou dificulta sua entrada no mercado de trabalho.

Tabela 6 - Renda familiar:

| Renda em salários | Total N. | Total % |
|--------------------------------|-----------------|----------------|
| Até 01 salário mínimo | 19 | 34,55 |
| Até 02 salários mínimos | 17 | 30,91 |
| Até 03 salários mínimos | 16 | 29,09 |
| Mais de 03 salários mínimos | 03 | 5,45 |
| Total | 55 | 100 |

Na tabela 6, os dados mostram que não existe uma grande

variação entre os percentuais da renda famílias, até três salários mínimos, porém, o constatado é que o salário recebido por essas famílias não é suficiente para dar-lhes qualidade de vida satisfatória, mas sim, para que possam sobreviver. As tabelas quatro e cinco, profissões de pais e mães, mostram que a maioria dos pais e mães tem trabalhos, mas, o rendimento dessas profissões é baixo e sem nível de escolaridade satisfatório não visam perspectiva de aumento da renda familiar .

Mesmo nas famílias compostas de pai e mãe, a gerência fica por conta da mãe, tanto orçamentaria quanto doméstica, a centralidade do poder, teoricamente, é exercida pelo pai, chefe de família, e, na prática, quem executa é a mãe: sempre que chamado o responsável pela criança, quem comparece é a mãe. Das oitenta e quatro crianças atendidas, apenas um pai era assíduo às reuniões e chamamentos. Com as profissões, também a mulher tem trabalho mais contínuo, mesmo que informal, como no caso das diaristas, trazendo elas a maior parte da renda familiar.

2.3 - O relato das mães - a socialização pela violência.

Nos meses em que estivemos no projeto Casa da Liberdade, e, principalmente, nas oficinas de surf, pudemos resgatar com as crianças os acontecimentos familiares e a maneira com que são resolvidos. E foi dentro dessas conversas que fomos constatando que, em algumas famílias, as histórias de violência se repetiam em um curto intervalo, e estavam sendo tratadas de forma natural, aceitável pelas crianças, como se elas fossem sempre as culpadas: "ele fez errado", "estava merecendo apanhar", e outras falas que buscavam explicações, naturalizando os fatos.

Nas quatro famílias pesquisadas, que são atendidas pelo projeto, as mães têm idade entre vinte e oito e quarenta e quatro anos, são procedentes do interior do Estado e do interior Rio Grande do Sul, residem em Florianópolis há aproximadamente dez anos, em comunidades de periferia. A

renda familiar varia em até dois salários mínimos. Suas residências são próprias, com dois os três cômodos para abrigar uma média de cinco pessoas. Apenas dois pais têm emprego fixo; nas outras famílias os responsáveis têm trabalhos informais, os filhos estão inseridos em programas federais como PETI, Bolsa Escola e Pastoral da Criança. Todas as mães já tiveram mais de um companheiro e filhos desses relacionamentos. Têm nível de escolaridade baixo ou são apenas alfabetizadas, começaram a trabalhar como doméstica, ainda quando criança, assumindo as responsabilidades como adultas. Todas sofreram violências domésticas, violências físicas e saíram de casa, tendo relacionamento e gravidez precoce.

Começamos, então, a resgatar episódios da vida das mães através de entrevistas com quatro mães, que são, segundo relato das crianças, as que mais aplicam o castigo físico. Nesse relato, pudemos constatar que todas sofreram muito no período da infância e/ou na adolescência, seja através de abandono/ negligência, violência física, trabalho pesado, principalmente como doméstica e na roça, sofriam com as violências contra o restante da família, a mãe, os irmãos, outros parentes, assistiram a mortes trágicas e vários acontecimentos desagradáveis a qualquer ser humano em idade adulta.

A gravidez precoce foi outro acontecimento em todos os relatos, o casamento com o primeiro marido também foi com pouca idade; essas mulheres já tiveram, em média, dois relacionamentos e de cada um restaram histórias e filhos. O primeiro casamento teve como principal incentivador a fuga da casa dos pais, uma esperança de vida nova.

A maneira como essas mulheres foram socializadas não modificou suas vidas depois de casadas, apenas passaram a sofrer o que assistiam acontecer com suas mães. A privação econômica e a violência psicológica era a mesma.

Segundo MARTINELLI (1999), dentro dessas condições, o fenômeno da violência doméstica pode ser compreendido como " ...uso de práticas denominadas coercitivas no ambiente doméstico, envolvendo dois ou mais membros da família ou entre aqueles que habitam o mesmo espaço....", esse tipo de punição, em que acontece o emprego da força física, que gera

relação de conflito, principalmente quando o agente aplicador é a mãe, deixa conseqüências psicológicas graves, desenvolve no indivíduo o comportamento de fuga ou de aprendizado.

ANDERY e SÈRIO (IN MARTINELLI, 1999) apontam que:

" ... quando a violência é freqüente e faz parte do nosso cotidiano, nós passamos a nos acostumar com ela e não mais nos damos conta de que outras formas de relação seriam possíveis, agimos e reagimos como se não houvesse outra alternativa de interação..., (...) o uso da violência acarreta mais violência, faz com que tudo tome a feição de violência,..."

Ao analisar o fenômeno da violência doméstica, Martinelli(1999) procura ressaltar a ocorrência de fatos durante a história de vida das mães, as situações vividas, enquanto condições históricas, acabam refletindo no cotidiano de interações entre pais e filhos. Segundo MARTINELLI, (1999), a história de vida passada e atual parecem contribuir, em grande parte, para os tipos de relações observadas e relatadas pelas mães quando crianças e adolescentes envolvidas em situações violentas. Algumas variáveis que contribuem para a ocorrência e manutenção de alguns comportamentos que são considerados violentos, além da coerção, a exploração de trabalho infantil e responsabilidades passadas para as mães quando crianças.

MARC BIGRAS(1999) cita como o principal processo de aquisição de comportamento violentos o aprendizado social, considerando que os comportamentos são aprendidos através da exposição a modelos desviantes ou violentos, que fazem com que a criança ou adolescente adotem esse comportamento, porque vêem vantagens, demonstração de poder em tal comportamento, a lei do mais forte. O modelo da aprendizagem social se faz por meio de aquisição de comportamento. Crianças e adolescentes expostos a situações eventuais de violência, as trocas, no cotidiano, dentro do ambiente familiar são de forma violenta, o que reforça esse tipo de comportamento ou encoraja para que seu modo de agir seja agressivo, conforme ocorre a primeira socialização ou inicia-se a aprendizagem social dentro da família. Nesse

modelo de socialização, a criança ou adolescente aprende que a violência e a força física são as únicas formas de disciplinamento e de conquista de espaço

MEYER (1988) cita que, para diversos pesquisadores, o "padrão de interação prevalecente na família de origem de um pai ou mãe violenta concorrerá para impedimento de relações saudáveis entre eles e seus filhos". De Star(1980) MEYER usa afirmação de que pessoas envolvidas em violência contra a criança passaram por experiências traumáticas em suas famílias de origem ou testemunharam esse tipo de agressão. Como as mães entrevistadas em nossa pesquisa, que tiveram, e presenciaram, e sofreram em suas famílias agressões e mortes trágicas.

MEYER(1988) afirma que o mundo apresentado a esses pais agressores, por pessoas importantes em suas vidas, quando crianças, foi percebido como ameaçador e hostil, comprovando que, freqüentemente, os pais violentos cresceram em ambientes onde não lhes foi permitido expressar emoções fortes; em conseqüência, aprenderam a se distanciar de seus próprios sentimentos.

MEYER (1988) apresenta a teoria do comportamento violento aprendido, sendo a teoria dominante, contudo, não está livre de controvérsias. Nas entrevistas com as mães do projeto Casa da Liberdade, os depoimentos ficam contundentes, pois falam que não gostariam para os filhos o que passaram, mas aplicam a violência da mesma forma, só que com uma nova visão, ou seja, para educar, a fim de que não se tornem marginais ou mal educados perante a sociedade. Cita, então de ZAPHIRIS que a tendência a evitar o uso de castigo físico por aqueles que o sofreram em sua infância é tão forte quanto a tendência a continuar o ciclo da violência nas gerações seguintes; é a negação do fato violento na atual vida familiar.

Como nossa pesquisa foi direcionada a mães que aplicam o castigo físico como forma disciplinar, pudemos constatar que as mães buscam preservar a imagem do "amor materno" para com seus filhos.

O mito do amor materno, a mãe como figura sagrada, a existência do amor materno como algo instintivo pressupõe que toda mulher já nasce com o desejo de ser mãe e precisa disso para ser considerada uma mulher "

normal ". Ela precisa zelar pela proteção física e moral dos filhos a qualquer preço, fazendo amor de mãe um sentimento padronizado, uma idéia de amor instintivo. Esse mito faz com que a mulher se omita de novos papéis, profissional, esposa, mulher, para ser unicamente, mãe, exigindo dessa mulher uma devoção sem limites à família e, principalmente aos filhos.

Durante os relatos das histórias de vida, percebe-se o quanto é ilusória essa imagem de figura sagrada, que já está imposto à mulher. A existência desse vínculo forte entre mãe e filho pode ser quebrado pela sobrecarga quando a mulher tem outras funções dentro da família, quando está inserida num contexto de opressão, dificuldade, angústia, medo e desamor, e transforma-se de figura sagrada a ser humano comum, que reage a situações de maneira diversa, até violenta, pois o mito do amor materno foi construído pela sociedade, sem contextualização da vida dessa mulher, em condições e situações a que foi submetida. O amor materno é algo a ser construído, conquistado ou reconstruído, desmitificada e humanizado.

Nas entrevistas realizadas, buscamos resgatar o passado das mães:

- o relacionamento familiar das mães, quando crianças e adolescentes, escola, trabalho e violências sofridas;
- o convívio com a figura materna e a socialização apreendida;
- seus relacionamentos e/ou casamentos, como é a relação com o companheiro e com seus filhos, forma de educação, castigo físico.

Neste momento faremos, apenas um breve histórico de vida das mães entrevistadas.

Primeira entrevistada:

R. tem 28 anos, é mãe de dois filhos (G. de 10 e D. de 03 anos), é do interior do Rio Grande do Sul. O pai e a mãe eram alcoolistas, brigavam muito, principalmente quando chegavam bêbados do baile, e ela e as irmãs precisavam sair correndo. Apanhou muito do pai, a mãe era melhor e trabalhava mais; ainda no Rio Grande/ RS, teve o primeiro casamento, aos 15 anos, que durou seis anos, e o primeiro filho, aos dezenove anos, depois

fugiu do companheiro, que havia saído do presídio, deixou o filho com a mãe e foi morar em Santos/ SP onde conheceu o pai do segundo filho. Atualmente, reside em Florianópolis há aproximadamente três anos, com os dois filhos. Está vivendo com um novo companheiro há cinco meses, define a relação como sendo boa e diz que ele trata bem a ela e aos filhos. Afirma que as coisas estão melhorando, que agora já tem até televisão e rádio. No momento, está desempregada. Moram em uma pequena casa, de dois cômodos, que foi emprestada por uma prima, que já não mora mais no mesmo bairro.

Segunda entrevistada:

C., tem 34 anos, é natural de Lages/SC, os pais se separaram muito cedo, ficaram com o pai até os oito anos. O pai achava que estudar não era importante, não deixou ela e suas três irmãs freqüentarem a escola. Então, foram para a justiça, que as devolveu para a mãe, que já morava em Florianópolis. Estudou até a quarta série e depois, aos dez anos, começou a trabalhar de babá para ajudar a mãe. Do pai, lembra que ele era muito severo, mas não agredia, até hoje não tem um relacionamento bom com ele, vai visitá-lo um vez por ano. Da mãe, lembra pouco, porque foi criada pelas famílias onde trabalhou. Quando podia, ia em casa no final de semana. Fala que teve pouco carinho de mãe, mas que ainda hoje é ela que manda na família toda. Teve dois relacionamentos, o primeiro é pai de sua filha de 14 anos e o atual é pai dos três filhos de 13, 10 e 08 anos.

Terceira entrevistada:

I. tem 44 anos, é natural de Porto Alegre/ RS, mas foi morar em Chapecó/SC, com poucos meses de vida. Não freqüentou a escola. Perdeu a mãe aos seis anos de idade, começou a cuidar dos irmãos, do pai, da roça e da casa. Pouco tempo depois, o pai casou-se com uma mulher bem mais nova, e começaram os maus tratos, apanhava e trabalhava muito; durante uma briga com a madrasta, aos sete anos, fugiu de casa e foi morar com o irmão, que já era casado, trabalhou de doméstica para ele, quando também foi agredida fisicamente, fugindo novamente. Foi acolhida por uma senhora que a

indicou para trabalhar de doméstica em uma casa de professoras; com 11 anos, cozinhou e cuidava da casa, onde moravam vinte e seis professoras. Aos treze anos, foi vendida pelo irmão para um homem mais velho com quem viveu maritalmente por seis anos e teve três filhos, o primeiro, ainda aos treze anos. Separou-se e, aos dezenove, conheceu o segundo marido, com quem teve uma vida de princesa, teve seis filhos, viveram juntos dezoito anos, ficando viúva aos trinta e sete anos. Passando por dificuldades financeiras, veio com os filhos morar em Florianópolis, com a filha mais velha, do primeiro casamento. Teve um terceiro relacionamento, que durou três meses e teve o último filho. Hoje, está vivendo com um novo companheiro há poucos meses, considera ele bom, pois ajuda a manter a casa e gosta dos meninos. Já morando em Florianópolis, I. teve sérios problemas de saúde, foi dependente de bebidas alcoólicas, envolveu-se em brigas com os vizinhos e chegou a tentar suicídio. Outra dificuldade enfrentada por essa mãe é o provável envolvimento de um dos filhos (17 anos) com o tráfico de drogas. Hoje, está desempregada, mantém sua família com a ajuda do companheiro que faz biscates.

Quarta entrevistada:

T. É natural de Joinville/ SC, disse ter esquecido, não lembrar de nada dos pais, fugiu de casa aos treze anos, veio para Florianópolis e começou a vida. Disse que apanhou muito e que não bate nos filhos, só conversa. Começou a trabalhar de empregada doméstica aos dez anos e que hoje está viúva, tem sete filhos.

Podemos perceber, a partir dos relatos anteriores, o nível de violência a que estas mães foram expostas. Buscamos analisar a possível reprodução da violência por elas já sofrida, e que hoje a compensam, projetando-a em seus filhos. As responsabilidades da casa, dos irmãos foram impostas a elas quando crianças, para que já se tornassem adultas, antes de chegarem à adolescência, como exemplifica R.:

" Não tive adolescência, porque já estava casada...",
e quando crianças I. relata:

" tinha que cuidar da casa, dos meus irmãos e até dos cabelos de minha madrasta, para não apanhar..."

Todas sofreram muitas violências. As violências sofridas pelas mães são das mais diversificadas formas, como privação da educação, agressão física, violência psicológica, exploração de trabalho infantil, fuga de casa assumindo um casamento ainda na adolescência, falta de afetividade dos pais, etc. Como ilustra o depoimento:

"... não tive carinho de pai nem de mãe, fui criada nas famílias onde eu trabalhava, até hoje vou visitar meu pai uma vez por ano, e olhe lá ... a mãe diz que mesmo casadas as filhas não se governam..." Entrevistada C.

Quando falamos sobre as suas experiências como esposas, as reações foram diversificadas, todas tiveram mais de um companheiro, boas e más recordações são guardadas:

"... para o primeiro, fui vendida, já com o segundo tive uma vida de princesa, tive seis filhos, ele viajava muito e sempre me levava, conheci vários lugares, ele trabalhava com montagem do Banco do Brasil, morei no Rio de Janeiro, tive meus filhos quase todos lá, não faltava dinheiro, tinha de tudo, mais depois dele, tudo se acabou, teve o incêndio, comecei a tomar cachaça, fiquei doente,..." Entrevistada - I.

"No primeiro, fugi de casa por causa das brigas dos meus pais, aí ele foi preso, ficou um ano e oito meses, quando saiu, vivemos mais uns anos, tive que fugir dele, com o segundo vivi dois anos e oito meses, aí estava grávida de três meses, vim para Florianópolis com a promessa que ele vinha quinze dias depois, e nunca veio, agora com esse está tudo bem, não falta nada em casa, ele cuida dos meninos, compra roupa,..." Entrevistada - R.

"O meu primeiro marido bebia muito e aprontava, foi minha mãe que mandou ele embora, o pai da mais velha (14 anos), e com esse nós brigamos muito, primeiro ele teve uma amante, fui no juiz e ele mandou ele escolhe, resolveu ficar com a família, nesse sentido tá melhor, depois ele já me bateu, fui na justiça de novo e agora ele tá na observação, brigamos muito por causa da mais velha, ela não faz as coisas em casa e as crianças, os meninos(13 e 09 anos), assistem tudo, até se metem..."
Entrevistada - C.

Em todos os casos, fica explícito que ainda se refletem as violências sofridas pelas mães, que continuam acontecendo, os abandonos, as agressões físicas e cobranças indevidas, como no relato de I., que cobra da filha os afazeres domésticos, pois ela, com a mesma idade, já trabalhava e acredita que a filha tem as mesmas obrigações.

A exploração do trabalho infantil foi constatada em todas as entrevistas, com todas as mães que abandonaram a escola ou não a freqüentaram para trabalhar e completar a renda familiar, ou para garantirem a sua própria sobrevivência. Começaram a trabalhar entre os dez e treze anos de idade. Esse é um fator gerador de conflito em suas atuais famílias. As mães criam uma expectativa de que seus filhos já tenham responsabilidade nos afazeres domésticos, pois, com a idade deles, já trabalhavam; por isso, cobram que as crianças e adolescentes colaborem de forma mais efetiva na manutenção da ordem doméstica:

" os meninos não fazem nada, nem a louça não lavam, não tem responsabilidade com nada, com essa idade, eu já cozinhava e cuidava de uma casa com 26 professoras."
" Entrevistada I.

" a J. (14 anos) não me ajuda em nada, tinha menos idade do que ela e eu já trabalhava, cuidava de

criança,..." Entrevistada C.

Nenhuma das entrevistadas tem contato com o restante da família, nem mesmo com os irmãos. No relato de R., fala que todas as mortes na família foram de forma trágica, assassinato, afogamento, a mãe morreu com a arma do namorado da irmã no dia das mães, "foi instantâneo, caiu no nosso colo morta em cima da cama dela, na frente do G., que chamava ela de mãe, porque ela é que cuidava dele pra mim.", e completa: " se fosse para ser revoltada, não faltavam motivos, mas que tem que pensar nos filhos."

Quando as mães relatam as agressões aos filhos, fazem questão de frisar que é forma de disciplinamento, para corrigi-los, torná-los mais educados.

Quando as mães começam a falar nos filhos a primeira reação é dizerem que não batem nos filhos tanto quanto apanharam. Todas sofreram agressões físicas, tanto na infância quanto na adolescência e mesmo depois de casadas.

MARTINELLI (1999), aponta que: "a história de vida das mães constitui importante fator para a perpetuação do comportamento violento". A emissão de comportamentos alternativos à punição não foram aprendidos ou não foram conseqüenciados de forma adequada, de tal forma a ser mantido no repertório do indivíduo, e ainda, afirma que os modelos parentais servem de referência para se educar os filhos, " ... graças as surras que levei, hoje sou uma pessoa honesta, trabalhadora, sou uma pessoa de caráter." Essa frase citada por Martinelli reforça o uso da punição como um eficaz e necessário instrumento de educação para os filhos.

BIGRAS(1999), GUERRA(1996), SAFFIOTI (1997) e MEYER(1988), citam, a aprendizagem social, como o modelo dominante, a teoria mais aceitável para a perpetuação da violência física, como forma de educação. Através dos relatos, as mães, mostram os desamores, a exploração do trabalho infantil, as violências a que foram expostas, mostram, também, como foram socializadas em um ambiente familiar, que a violência fazia parte do cotidiano.

Outro ponto citado pelas mães, é o trabalho doméstico. Como

sempre trabalharam como domésticas, acreditam que os filhos já deveriam ter mais responsabilidade, ajudar na arrumação da casa e a cuidar dos irmãos, costumam reclamar que os filhos não fazem nada.

No caso da entrevistada C., culpa os filhos de todos os atritos entre o casal, principalmente a filha mais velha (J. 14 anos), que é do primeiro relacionamento. Mesmo afirmando que o atual companheiro quer registrá-la como filha, diz ser a adolescente a causadora dos conflitos, repassando para a filha a violência psicológica da que foi vítima um dia.

Esse comportamento das mães, de violência, pode ser explicada como punição, considerando que a mesma é uma forma de controle do comportamento, um dos meios de reagir a ela é a contra-agressão. Esse controle é momentâneo, para cessar o comportamento inadequado dos filhos.

2.4 - O passado e o presente, a violência modificada

Quando citamos violência física, todas confirmam terem sido vítimas e que, com os filhos, usam outras formas de coerção, porém, na prática, é constatado que existe a agressão e, durante os relatos existe a contradição. Na quarta mãe entrevistada T. diz não agredir os filhos, porque já apanhou muito, mas, antes de começarmos a entrevista, conversamos sobre o comportamento agressivo que sua filha J. (11 anos) vem tendo e sua reação foi dizer:

"... deixa ela chegar em casa que ela vai ver, fica me incomodando que vai apanhar, não, primeiro vou conversar..." Entrevistada T.

"... ele não é de falar, já vai batendo, eu já conversei, mas quando não agüento mais, ou não resolveu, bato mesmo... e daí não adianta dizer para não bater..." Entrevistada C.

" Quando vô conversar e ele não quer ouvir, começa a discutir, a xingar e não quer me ouvir, acabo batendo até fazer sangue, porque eu fico muito nervosa com as coisas que ele tá fazendo, mais o M.(17 anos) me xinga,..."
Entrevistada I.

"...Educo os menino diferente, dô mais carinho, mas quando preciso ameaço, falo que vou pegar, que vou bater, mas fico só na ameaça, as vezes falo alto, do uns grito, mas não bato mais, ... sempre falo pra ele não mentir, porque foi assim que o pai dele acabou na cadeia..." Entrevistada R.

Durante as entrevistas, por mais que busquem a negação, que demonstrem o sentimento da violência, não conhecem outras alternativas e agridem como foram agredidas. Confirmam que não querem para os filhos os sofrimentos que já tiveram, mas continuam a fazê-lo, apenas justificando de forma diferente da dos seus pais.

Um das falas constatadas foi o caso de abandono; todas confirmaram que, mesmo passando dificuldades, não abandonam os filhos, o abandono citado é por deixá-los com outras famílias, como acontecia quando iam trabalhar na casa das famílias como doméstica e acabavam ficando sem o contato com os familiares, pai, mãe, irmãos. Atualmente, existe o abandono temporário, como alguns que ficaram um tempo com a avó, ou a mãe fora do lar, mas sempre acontece o retorno, não deixam que os laços de afetividade existentes se percam. Mesmo que de forma negativa, existe um vínculo familiar entre essas mães com os filhos.

A forma de violência utilizada por essas mães é a forma disciplinadora, que é vista e entendida por elas como condição para educação de seus filhos.

Unindo o estudo documental e os depoimentos, pode-se analisar

o contexto em que vivem, com condições precárias de moradia, conforme constatado nas visitas domiciliares, o baixo nível de escolaridade e renda familiar. A história de vida mostra a forma como foram socializadas e as dificuldades que atravessaram para manter-se e, por fim, desencadeiam a ocorrência da violência. Considerando o que essas mães sofreram na infância e na adolescência no âmbito doméstico e com seus companheiros, admitem que hoje são elas as autoras da violência contra seus filhos, acabam por reproduzir as violências vivenciadas por elas ao longo de suas vidas.

A violência é aplicada pelas mães com fins educacionais, para ensinar aos filhos padrões de conduta aceitos pela sociedade. Agridem fisicamente, mas não com a intenção apenas de maltratá-los, mas, sim, de castigá-los pelo indisciplina. É o processo de socialização sendo repassado, mesmo que ainda de forma violenta, sendo que as mães admitem que batem menos do que apanharam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborarmos este Trabalho de Conclusão de Curso, procuramos visualizar o contexto em que está inserida a mãe que comete violência contra a criança e adolescente, entendendo que ambas são vítimas.

Percebemos que não é suficiente compreender o individual, mas, sim, a sua totalidade. A diversificação dos temas aqui estudados nos faz refletir as ações do cotidiano, possibilitando o maior desvelamento da violência física, através dos relatos e da realidade atual dessas famílias.

A família é, portanto, entendida como uma construção social, onde, em tempos passados, o homem tinha um espaço de prioridade e respeito, pois era o responsável pelo provimento material do lar e da família, enquanto a mulher era a responsável pelo amor e afeto, incluindo as tarefas domésticas dessa família.

Nas famílias de hoje, principalmente nas aqui pesquisadas, a mulher assume as funções já impostas e as funções de seu provável marido, de provedores do lar, assumindo, assim, a dupla jornada de trabalho, mesmo com a presença do companheiro no lar, contraindo, assim, cansaço e estresse de fora e dentro de sua família.

Podemos concluir que a família possui um ciclo vital, que está em constante transformação, para que possa adaptar-se ao mundo interno e externo, uma vez que o seu objetivo como sistema é manter-se viva e integrada, mesmo quando apresenta dificuldades, como nas situações de conflitos.

O poder exercido por essas mães, que sofrem com as dificuldades, todos os sofrimentos possíveis passados durante a sua socialização, a exploração do trabalho infantil, e hoje com condições precárias de moradia, baixo rendimento salarial, todas as dificuldades sócio-econômicas que enfrentam, muitas mães tendem, mesmo inconscientemente, a agredir seus filhos, numa tentativa ilusória de compensar suas frustrações, de educar e proteger seus filhos.

No convívio com os adultos, as crianças e adolescentes têm seus primeiros modelos. Convivendo com adultos ocupados e estressados, vão embotando o sentido de si, do outro e da vida. Passam a imitar modelos de relacionamento centrados na luta pelo poder ou pela subsistência.

As mães entrevistadas demonstram enorme preocupação com a educação, com o roubo, com a influência do tráfico de drogas na comunidades onde moram, não querem que seus filhos venham a sofrer por não terem sido bem educados por elas, por isso, a maneira de disciplinamento a que foram expostas vem à tona, e agridem.

Nos relatos apresentados, ficaram evidentes os padrões de socialização, a interação entre os membros da família, principalmente com sua mãe, e a repassam para sua família atual. Essas mães não querem agredir de forma brutal por serem mães más; é uma tentativa de proteção e de educar, não querem que os filhos sofram o que elas próprias sofreram.

Uma das sugestões que ficam deste trabalho é que comecemos a utilizar e ensinar para as crianças e adolescentes a difícil arte do diálogo, as habilidades do escutar e ser escutado, a busca do entendimento entre as pessoas, sem a agressividade, sem o uso da força física.

Essas mães, tiveram seus direitos violados, pelos pais, maridos e Estado, que privou-as de educação, lazer, e qualquer possibilidade de uma vida digna. São mulheres, que tiveram seus direitos violados, dentro de seus lares e fora deles tiveram dificuldades de assumir seus direitos e deveres como cidadãs, numa sociedade democrática.

Quanto às mães, seria necessário um acompanhamento sistemático, em que partisse delas o desvelamento de seus próprios problemas, buscando novas alternativas para que, partindo de sua trajetória de vida, possa propor e oferecer a sua atual família uma vida sem violência.

Diante a descrição do cotidiano das mães, entrevistada, constatamos que variáveis como falta de emprego, dificuldades financeiras, os problemas de outros familiares, problemas de saúde, esses e outros fatores, correlacionam para o acontecimento do comportamento violento. Percebemos também, que essas mães, têm um repertório de diálogo restrito, com pouca

verbalização, desconhecem as fases de desenvolvimento da criança, devido a suas experiência, tratam os filhos como se, eles, soubessem o que é certo ou errado. As mães sentem dificuldade de expressar sentimentos e algumas vezes de entende-los, sentimentos e comportamento encobertos, e acabam provocando conflitos, frustrações. Todas essas variáveis, dificultam o enfrentamento para a solução dos problemas, e terminam em violências.

A falta de apoio é outro fator importante que constatamos, um suporte social, pois, as mães, não tem com quem contar e “descarregam” nos filhos as tensões do dia e as preocupações futuras.

Acreditamos que este trabalho tenha lançado as bases para essa longa jornada de aprendizagem junto às famílias e que inclui, como fundamental peça no processo dessa caminhada, as famílias que acompanhamos.

Consideramos esse trabalho de suma importância para o nosso crescimento profissional, pois, a partir deste estudo, percebemos que a criança e o adolescente que sofrem algum tipo de violência por parte de sua mãe é tão vítima quanto ela, pois aqui constatamos que ela também já sofreu violência em sua infância e adolescência e até mesmo em sua vida adulta.

Este trabalho lança alguns desafios:

- Trabalhar o agente agressor, a mãe, que também já foi e ainda é vítima; conscientizando-a sobre a sua capacidade de não repassar aos filhos a violência sofrida,
- Entender a criança e o adolescente, como seres humanos capazes de compreenderem e não assimilarem em seu comportamento a violência que lhes é repassada.
- Apresentar a mãe novas alternativas, através de trabalho em grupo, a tentativa de promover discussões sobre os efeitos da punição, e as consequências a longo prazo. A forma de punição resolve o problema a curto prazo, pois além de manter a família, tem que garantir o sustento de agora e “educá-los” para o amanhã.
- Implantar outras formas de atenção a família, provendo-as de meios eficazes de geração de renda e provimento de recursos básicos; a produção

de variadas oportunidades de convívio social, educativo e cultural e a construção de habilidades sociais, buscando em um trabalho multidisciplinar as possíveis soluções, conforme as necessidades apresentadas por elas, as mães.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARAÚJO, Márcia Adriana. **Texto e contexto: Enfermagem:** a violência cotidiana das famílias. Florianópolis: UFSC, v.8 n.2. 1999.
- BARETO, Adalberto. **Texto e contexto: Enfermagem.** . Florianópolis: UFSC, v. 8 n. 2. 1999.
- BARROS, Nívea V. **Texto e contexto: Enfermagem:** desvendando a naturalização da violência simbólica no contexto familiar. Florianópolis: UFSC, v. 8 n. 2. 1999.
- BIASOLI-ALVES, Zélia Maria M.. **Texto e contexto: Enfermagem:** aproximações teóricas e conceituais de família e violência no final do século XX . Florianópolis: UFSC, v.8 n.2. 1999.
- BIASOLI-ALVES, Zélia Maria M.. **Texto e contexto: Enfermagem:** relações familiares. Florianópolis: UFSC, v.8 n.2. 1999.
- BIGRAS, Marc. **Texto e contexto: Enfermagem:** teoria do apego, família e violência. Florianópolis: UFSC, v. 8 n.2. 1999.
- BRASIL, **Estatuto da Criança e Adolescente.** Brasília 1990.
- GUERRA, Viviane N. de A. **Violência de pais contra filhos: Procuram-se vítimas.** São Paulo: Cortez, 1990.
- GUERRA, Viviane N. A, AZEVEDO, Maria Amélia (org). **Infância e violência: fronteiras do conhecimento.** São Paulo. Cortez, 1993.
- GUERRA, Viviane N. A., STEINER, Maria Helena F. (org). **Quando a criança**

não tem vez: violência e desamor. São Paulo. Pioneira, 1986.

HENRIQUE, Cecília M., **A reprodução da violência na esfera privada: a relação mãe e filho.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. UFSC. 1998.

KRÜGER, Sheila F. **A compreensão e a construção do processo interventivo do serviço social junto às famílias** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. UFSC. 2001.

MARQUES, Tânia M., PINTO JR., Humberto. **Texto e contexto: Enfermagem:** a relação entre violência contra a mulher e sua história de vida . Florianópolis: UFSC, v.8 n.2. 1999.

MARTENDAL, Luciana. **Violência contra crianças e adolescentes: desvendando as representações sociais.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. UFSC. 1997.

MARTINELLI, João Calos M., GOMES, Eva M., FERRARI, Maria Eunice R. **Texto e contexto: Enfermagem:** a história de vida como precursora de violência doméstica . Florianópolis: UFSC, v.8 n.2. 1999.

MEURER, Marilene. **Violência doméstica decorrente do uso do álcool nos casos atendidos no programa SOS Criança de Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. UFSC. 2000.

MEYER, Marli P. S. **Violência Contra a Criança uma questão social emergente.** Tese em Serviço Social. PUC / RS. 1988.

MIOTO, Regina C. **Texto e contexto: Enfermagemas:** as famílias hoje .
Florianópolis: UFSC, v.8 n.2. 1999.

ROQUE, Eliane D. **Amor materno: do mito à conquista.** Trabalho de
Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa
Catarina. Florianópolis. UFSC. 1998.

SANTOS, Maristela A dos. **Casa da Liberdade: Espaço Cidadão.** Trabalho de
Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa
Catarina. Florianópolis. UFSC. 1997.